



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**O PROJETO “ESTUDAR EM PAZ: MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO CONTEXTO ESCOLAR” E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A AUTONOMIA DA CRIANÇA NA ESCOLA CLASSE 22 DO GAMA.**

**LARISSA FIAIZ**

Brasília-DF

2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**O PROJETO “ESTUDAR EM PAZ: MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO CONTEXTO ESCOLAR” E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A AUTONOMIA DA CRIANÇA NA ESCOLA CLASSE 22 DO GAMA.**

**LARISSA FIAIZ**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília sob a orientação da Prof. Dra. Catarina de Almeida Santos

Brasília-DF

2015

**O PROJETO “ESTUDAR EM PAZ”: MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO CONTEXTO ESCOLAR E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A AUTONOMIA DA CRIANÇA NA ESCOLA CLASSE 22 DO GAMA.**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília sob a orientação da Prof. Dra. Catarina de Almeida Santos

**Comissão Examinadora:**

---

Professora Dr.<sup>a</sup> Catarina de Almeida de Santos  
(Orientadora)

---

Danielle Xabregas Pamplona Nogueira  
Professora (Examinadora)

---

Flávia Beleza  
(Examinadora)

---

(Suplente)

Larissa Fiaiz

O projeto “Estudar em Paz”: mediação de conflitos no contexto escolar e sua contribuição para a autonomia da criança na escola classe 22 do Gama. Larissa Fiaiz – Brasília, 2015 p. 67

Monografia – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2015  
Orientadora: Doutora Catarina de Almeida de Santos

1. Mediação de conflitos. 2. Autonomia. 3. conhecendo o projeto e sua relação com a escola classe 22 do gama.

*“Me movo como educador porque,  
primeiro me movo como gente.”  
(Paulo Freire).*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Deus pelo dom da vida e por todas as bençãos.

A minha família, namorado e amigos pelo apoio, carinho e amor dedicado. Contribuindo para a minha formação profissional e pessoal.

As amízaes construídas ao longo da caminhada acadêmica, destaco a Bárbara Luiza e a Débora da Mata por todo carinho dedicado à mim.

A Catarina e Danielle por contribuir e acompanhar com a minha formação, com toda dedicação e carinho.

A Flávia Beleza, que me permitiu com todo o seu amor viver a experiência da mediação social.

Ao seu Joel e ao Rodrigo (Cabeça), por todo o cuidado, por todas as xeroxes, chás e atenção.

Aos múltiplos professores que foram responsáveis por proporcionar grandes momentos e reflexões na minha formação.

Muito obrigada!

## RESUMO

Esta monografia tem como proposta promover reflexões sobre as relações entre a escola Classe 22 do gama e o projeto Estudar em Paz. Essa discussão foi desenvolvida através da questão norteadora, que é: Qual a influência do projeto Estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar, na autonomia dos alunos da escola classe 22 do Gama? Na qual este trabalho tem como objetivo compreender a organização do projeto, sua atuação , e desenvolvimento para enfim contribuir para autonomia dos alunos. Através do aporte teórico são discutidos os conceitos da mediação de conflitos e da autonomia escolar. Os principais autores utilizados foram: Flávia Beleza, Paulo Freire e Vicente Zatti. Com o auxílio de alguns estudos de casos selecionados é possível visualizar a intervenção do projeto na autonomia do aluno. Este trabalho foi escrito através da experiência de atuação na formação de alunos em mediação na qual é possível desenvolver idéias da importância desse projeto na constituição de uma nova visão de educação.

**Palavras-chave:** Mediação de conflitos; Mediação social; Autonomia.

## **Abstract**

This monograph has the purpose to promote reflections on the relationship between the Escola Classe 22 of Gama and the project Studying in Peace. This discussion has been developed through the guiding question, which is: What is the influence of the project "Studying in Peace: conflict mediation in the school context", on the autonomy of the students of Escola Classe 22 of Gama? This work aims to understand the organization of the project, its activities and development to finally contribute to students autonomy. Through theoretical support, the concepts of conflict mediation and school autonomy are discussed. The main authors studied were: Flávia Beleza, Paulo Freire and Vicente Zatti. With the help of some selected studied cases it's possible to see the intervention of the project on student autonomy. This work was written based on the experience of procedure in students formation in mediation in which is possible to develop ideas of the importance of this project in establishing a new vision of education.

**Keywords:** Conflict mediation; Social mediation; Autonomy.

## Sumário

Memorial Educativo .....	10
Introdução .....	14
Capítulo I –Mediação de conflitos.....	17
1.1 Um breve histórico sobre a mediação .....	17
1.2 Mediação Social.....	20
1.3 Mediação social e sua relação com o ambiente escolar.....	24
Capítulo II - Autonomia .....	25
2.1. Autonomia: conceitos e definições.....	25
2.2. A educação para a autonomia.....	31
2.3. A autonomia escolar .....	30
Capítulo III – Estudar em Paz conhecendo o projeto e sua relação com a escola classe 22 do Gama. ....	34
3.1. O projeto Estudar em Paz.....	34
3.2. Escola Classe 22 do Gama.....	37
3.3. O projeto político pedagógico da escola classe 22 do Gama.....	38
3.4. Como o projeto Estudar em Paz: mediação de conflitos e a escola Classe 22 do Gama se encontraram?.....	39
3.5. Relato da pesquisa.....	40
3.5.1 Relato 1- Banca de guloseimas.....	42
3.5.2 Relato 2- pouca variedade de refeição.....	43
3.5.3 Relato 3- limpeza dos banheiros.....	44
3.5.4 Relato 4-Apelidos .....	45
3.5.5 Relato 5- qualidade do ônibus.....	46
3.6. Reflexões sobre o projeto e suas contribuições.....	48
Considerações finais .....	50
Perspectivas profissionais .....	52
Referências .....	53
Anexo 1.....	55
Anexo 2.....	59

## MEMORIAL EDUCATIVO

Nasci em 1990, no dia seis de junho; sou a primeira filha de José Aurelio e da Sônia. Dois anos depois ganhei um irmão chamado Lucas. O meu pai é oriundo da cidade de Guararapes, no interior de São Paulo, e a minha mãe é nascida e criada em Brasília.

A minha trajetória escolar começou aos quatro anos na escola classe 1 do Cruzeiro Velho, permaneci nela apenas seis meses, pois não me adaptei a ela, e guardo ainda uma lembrança forte desse momento. Posteriormente fui transferida para o jardim de infância Mãe da Divina Providência, localizada no Cruzeiro novo. Estudei lá por mais dois anos e meio, e as minhas lembranças da escola obtiveram uma visão melhor sobre esse ambiente.

Logo após esse período, iniciava-se uma nova trajetória na escola: a alfabetização, na qual apreendi muito e fui muito bem acolhida pela escola Ciman, onde estudei por cinco anos. Na sexta série, tive que ir para uma escola pública, e o medo de não me adaptar retornou, mas, ao entrar na escola Polivalente da 913 sul, fui muito bem recebida. Vivi grandes histórias nesse ambiente, onde aprendi a ver e a respeitar o diferente, a entender outras realidades diferentes da minha. O Polivalente foi o maior responsável na minha formação de cidadã. Conheci excelentes professores com os quais ainda mantenho contato, e obtive a oportunidade de reencontrar com a minha professora de matemática do ensino fundamental, na faculdade de educação da UnB, uma excelente professora que sempre admirei. Fui muito feliz no Polivalente, de onde guardo belíssimas lembranças. Estudei lá até a oitava série, pois a escola é só de ensino fundamental.

No início de 2005, a escola Notre Dame abriu muitas oportunidades de bolsa escolar, e lá estudei os três anos do ensino médio com bolsa. Estudar nessa escola foi um sonho realizado. Fiz grandes amigos, e encontrei alguns excelentes professores, extremamente dedicados a sua profissão. Foi a partir daí que comecei a me identificar com a profissão. Tive o prazer de ter aula de geografia com o professor Reginaldo, que tinha o dom de passar todo o seu conhecimento pela área, da forma mais fácil, todos os alunos eram apaixonados pela aula dele. Era um dos poucos professores que nunca nos deixou de lado ou duvidou da nossa capacidade e, por ter tido a formação no ensino fundamental na escola pública, ele sempre nos apoiou e acreditava e no nosso futuro melhor. Ao chegar no terceiro ano, a pressão

da decisão do meu futuro pesava, e naquele momento foi muito difícil decidir. Passei por várias escolhas na hora de fazer a inscrição do vestibular. Terminou o ensino médio, e mais uma conquista foi realizada, mas a escolha da profissão ainda não estava decidida.

Passei um ano no cursinho sem uma escolha de profissão bem definida, pesquisei todos os cursos disponíveis no site da Universidade de Brasília e fazendo uma retrospectiva da minha vida escolar decidi o que era importante. Assim pude entender que era importante continuar no ambiente escolar, o qual eu aprendi a amar. A Pedagogia supria grande parte dos meus sonhos, então decidi estudar para essa área.

Estudei durante mais de um ano no cursinho onde conheci uma grande amiga e a incentivei a entrar nessa mesma profissão. E em 2010 finalmente conseguimos entrar na Universidade de Brasília, e o desejo de ser professora se iniciava, com uma certa dificuldade, pois é uma nova rotina, com novas pessoas e uma enorme greve para se enfrentar, um sentimento que se solidarizou com a realidade de nossos professores e pela luta da minha futura realidade. Foi mais uma nova adaptação na minha formação, que não foi muito fácil. Mas com o tempo as coisas foram tomando forma, e ajuda de duas grandes amigas que sempre me apoiaram e me fortaleceram nessa caminhada. A Débora da Mata, minha amiga de cursinho, foi a minha parceira de curso por todos os anos, e a Bárbara Luíza infelizmente mudou de cidade e foi transferida para a Universidade Federal de Pernambuco, mas ela permaneceu conosco na Universidade de Brasília por dois anos. Elas foram as responsáveis por uma formação completa, pois sempre trocamos experiências de vida, além de experiências acadêmicas.

A universidade me proporcionou excelentes momentos de aprendizado, cursei algumas matérias que julgo essenciais na minha formação como: Educação e Trabalho, Educando com necessidades educacionais especiais, Avaliação escolar, Psicologia da Educação, Sociologia da Educação, Educação de Adultos, Educação e Matemática, Introdução à Classe hospitalar, Filosofia da Educação, Educação de Surdos e Libras, Educação e Geografia e Fundamentos da Linguagem musical na educação. Todas essas matérias dentre outras contribuíram para uma formação um pouco mais completa.

Outro momento interessante oferecido pela universidade é a semana universitária, na qual há a explanação de novos projetos, novas ideias. E na semana

universitária de 2011 a Bárbara nos convidou a participar de uma mesa redonda cujo tema era “Estudar em Paz: uma mediação de conflitos no contexto escolar”. Ao participar dessa discussão, nós três nos interessamos muito pelo assunto e nos espantamos pelo fato de não ter ninguém da pedagogia participando do projeto de extensão, pois ele era um projeto ofertado pelo departamento do serviço social, mas que tinha um *link* muito grande com a educação. Entramos em contato com a Flávia Beleza, que é a coordenadora executiva do projeto, e pedimos para participar das atividades propostas por ela. Infelizmente só eu tive disponibilidade para participar do projeto.

Comecei os trabalhos no projeto com a minha capacitação em mediação e assim fui aprendendo e aplicando o projeto no Centro Educacional Fundamental 602, localizado no Recanto das Emas. Lá pude desenvolver os princípios do projeto e trabalhei temas considerados polêmicos, como a violência vivida pelos alunos e a autonomia do aluno. Trabalhei nessa escola por um ano, e foi uma realização plena, pois nesse período criei laços com os meus alunos e com o colegiado do CEF 602. Além disso, os participantes do projeto que eram extremamente apaixonados pelo projeto. Participar do projeto fez com que a minha visão de vida se modificasse, me ajudou a ter um olhar atento ao meu aluno, me fez mais capaz de ajudá-los em situações complexas como: a violência física e simbólica que eles sofriam. O projeto me ajudou a entender o meu papel de professora e o meu papel social.

A Flávia dá esse curso de mediação para os professores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), e ela ministrou o curso para os orientadores da rede. Uma orientadora do Gama, a Ana, participou do curso e adaptou o projeto para os alunos da escola classe, que até então era aplicado para alunos do ensino fundamental e ensino médio. Uma vez a Flávia comentou comigo dessa adaptação e do quanto ela era interessante. Achei a iniciativa da professora Ana extremamente interessante e pedi para que eu pudesse entrar em contato com ela para aprender, até que nasceu uma parceria nova.

Trabalhei com alunos do quinto na escola classe 22 por um ano, onde trabalhamos com os conceitos de conflito positivo, de violências estruturais/culturais/direta (conceitos explicitados por Galtung), de mediação coletiva, dentre outros. Foi uma experiência profissional incrível e é nesse ponto que surge a vontade de compartilhar com vocês essa experiência através desta monografia.

Trabalhar no projeto me fez enxergar uma realidade totalmente diferente, me fez acreditar que é possível trabalhar a autonomia dos meus alunos. Me ajudou a entender que todos os conflitos são trabalhados através do diálogo, e que essa forma de trabalhar torna o dia a dia mais tranquilo, pois ali naquele ambiente foram criados laços, assim como eu criei laços com professores que passaram pela minha trajetória e acreditaram no potencial de cada aluno e no meu potencial. Toda a minha trajetória escolar e as minhas experiências na escola pública dão início a um novo sonho, que é tornar a experiência escolar dos meus alunos cada vez melhor.

O objetivo desse memorial é para que você, leitor, possa entender um pouco a minha linha de pensamento, e a minha história de vida, para que por ventura possa se identificar com os momentos que vivi nesse projeto e na minha faculdade e assim construirmos novos pensamentos e novas experiências.

## INTRODUÇÃO

No decorrer do curso de Pedagogia, e com as experiências vividas em suas práticas, um dos desejos dos professores em formação ou já formados é a possibilidade de crescimento, de independência do seu aluno. Mas, para que o aluno construa essa autonomia, a comunidade escolar passa por grandes dificuldades, como a falta de diálogo, as violências vividas no dia a dia ou como a relação de poder influencia nas relações e outros conflitos. E é através da experiência e do contato com o Projeto “Estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar” que este trabalho se desenvolveu.

Tomando como objeto de estudo o projeto “Estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar”, adaptado pela Professora Mestre Flávia Beleza, esta pesquisa analisa os principais conceitos e objetivos que norteiam o projeto. A finalidade é estudarmos como as relações interpessoais dentro da escola fazem parte dos ideais de educação e construção da autonomia dos envolvidos.

Através da vivência com o projeto, algumas reflexões surgiram e uma delas deu início à questão principal para o desenvolvimento deste trabalho, que foi: Qual a contribuição do projeto “Estudar em Paz: mediação de conflito no contexto escolar” para a constituição da autonomia da criança no espaço escolar, através do diálogo participativo e da mediação coletiva?

Este estudo possui o objetivo geral de analisar qual a contribuição do projeto “Estudar em paz: mediação de conflitos no contexto escolar” na constituição da autonomia da criança. Quanto aos seus objetivos específicos, eles podem ser assim descrito: Compreender os conceitos da mediação, os conceitos da autonomia, as particularidades da escola em questão e problematizar e descrever qual é o impacto do projeto na educação e na constituição da autonomia dos alunos do quinto ano da escola Classe do Gama.

O tema abordado neste trabalho baseia-se em reflexões e discussões sobre a influência que a proposta do projeto tem no dia a dia da escola, na vida dos alunos e se a intervenção do projeto ajuda na construção da autonomia dos envolvidos. O trabalho desenvolve-se a partir da análise dos relatos das mediações coletivas realizadas, o que proporciona reflexões acerca de ideais de educação que se revelam através das relações interpessoais.

A análise do projeto é desenvolvida a partir da tentativa de conhecer e compreender, no primeiro capítulo do trabalho, o conceito da mediação, resgatando através da história a sua origem na área jurídica e sua variação com uma função mais social.

No segundo capítulo, aprofundamos o estudo sobre a autonomia do aluno, um dos principais motores do projeto, que garantirá ao aluno um desenvolvimento autocrítico ao longo de sua vivência escolar, o que também auxiliará o aluno a utilizar os conceitos e definições apreendidas na mediação em diversos âmbitos da sua vida, além da escola. E além da autonomia do aluno, é visto neste mesmo capítulo que também a escola deve oferecer um ambiente minimamente compatível com o conceito de autonomia, para que haja uma equidade de propostas. Está nesta parte do trabalho um dos principais fatores para entendimento do funcionamento da mediação.

No terceiro e último capítulo desta pesquisa, todas as teorias e os conceitos que envolvem a mediação são vistos de perto através de relatos da prática de implementação do projeto em uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal. Através destes estudos de casos, busca-se compreender as relações dos alunos com o ambiente violento em que vivem, os conflitos existentes em seu dia a dia, a criação de laços interpessoais e como a mediação entra em todo esse processo. Este capítulo é a leitura da aproximação entre teoria e prática, na tentativa de elucidar o funcionamento da mediação nas relações interpessoais do ambiente escolar.

E por fim será discutida através desses relatos a experiência de atuação e de observação da implementação do projeto na escola, na qual é possível compreender as relações dos alunos com o ambiente violento em que vivem, os conflitos existentes em seu dia a dia, e a criação de laços. Será considerada também a relação do projeto com a escola e as suas questões relacionadas à autonomia.

O embasamento teórico foi extremamente necessário, principalmente por se tratar de um estudo aprofundado que surgiu a partir da experiência adquirida no contexto escolar através da atuação na formação de alunos. Essas relações foram observadas e analisadas para a construção de novas questões e reflexões.

A metodologia utilizada nesse trabalho foi a de pesquisa-ação através da experimentação social, que segundo René Barbier, é desenvolvida por meio da

coleta de dados e das experiências de vida dos envolvidos. Nessa metodologia, o pesquisador acompanha reflexivamente as ações dos atores e promotores, por meio de diários de campo e relatórios.

Segundo Babier a pesquisa clássica passa por cinco fases: “a formulação de problemas, a negociação de acesso ao campo, a coleta de dados, a sua avaliação e a sua análise.” (2007. pg. 54). São destacas em seu texto as características de cada item citado sobre a pesquisa-ação. A formulação do problema através da pesquisa-ação reconhece que o problema nasce de um contexto de grupo em crise e, através da constatação desse problema, o pesquisador ajuda a coletividade a detalhar os motivos de seus conflitos, o que poderá suscitar no coletivo a reflexão sobre os seus problemas. Já a coleta de dados acontece de forma mais interativa por meio de discussões de grupo, desempenho de papéis e de conversas aprofundadas. A avaliação visa a redefinir o problema e a encontrar soluções para o grupo. Por fim, a análise tem por objetivo trazer ao grupo novas possibilidades de discussão.

A pesquisa-ação pode ou não ter relatório, mas ela sempre traz a discussão para o grupo para novas ações. A construção deste trabalho respeitou e alcançou todos os itens da pesquisa-ação, pois – como será visto – os dados foram todos coletadas através das interações em grupo, com a participação ativa na formação dos alunos envolvidos.

## **CAPÍTULO I – MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**

### **1. Um breve histórico sobre a Mediação**

A mediação em geral pode ser definida como uma conciliação entre indivíduos envolvidos em um conflito, que é assistida e conduzida por um terceiro, na qual as partes buscam um acordo no final do processo. Tal prática que é utilizada pela sociedade há anos e, segundo Moore(1998), há indícios de que a mediação está presente desde os templos bíblicos, quando era utilizada para mediar conflitos civis e religiosos. Ela perpassa a comunidade islâmica, católica e os povoados asiáticos.

Com o crescimento populacional, a urbanização e a expansão da sociedade, os Estados Unidos e o Canadá foram adquirindo costumes de outras sociedades e a mediação foi um desses conhecimentos adquiridos pela população. Mas somente no século XX a mediação começou a ganhar uma força maior e, após a institucionalização de sua prática, a mediação foi aderida por vários países e obteve um grande crescimento.

Em 1960 o sistema judiciário dos Estados Unidos da América estava passando por problemas com a grande quantidade de processos que se acumulavam e não eram julgados. Foi quando a mediação ressurgiu como uma alternativa para se resolver os conflitos latentes, diminuindo assim a quantidade de processos. A fundamentação teórica da mediação como resolução de conflitos foi instituída pela Escola de Negociação da Harvard Law School, criando uma corrente ideológica da mediação. Tal corrente tem como objetivo a formalização do acordo, em que se trabalha somente o aspecto legal, deixando de lado os assuntos subjetivos e emocionais. O papel do mediador é conduzir a mediação sem sugerir soluções utilizando técnicas de negociação para facilitar o acordo entre as partes. Mas essa corrente começa a enfraquecer e em 1980 os franceses aprenderam essa nova prática no Canadá, e adaptaram ela a sua cultura, essa nova corrente se chama Mediação social, na qual será melhor discutida as principais vertentes posteriormente.

A prática da resolução de conflitos como um desfecho final para os impasses nem sempre era a melhor solução para um ou todos os envolvidos no processo, pois os conflitos de fundo, os sentimentos existentes nas relações não

eram relatados, o que dificultava a mediação, uma vez que o motivo não visível obtém grande influência nas mediações e nas relações interpessoais, sendo assim omitido nas mediações realizadas. E nesse caso “o conflito é concebido como a causa da incompatibilidade entre as partes e um obstáculo à satisfação das necessidades, um problema a ser resolvido (BUSH e FOLGER, 2006, p 98).” E, quando o conflito é entendido com um problema que dever ser resolvido, ocasiona uma possível inconsistência do mediador e dos mediandos que querem se desfazer daquele problema o quanto antes, não refletindo sobre o real motivo daquele conflito, podendo influenciar na decisão das partes para que entrem em um acordo:

Essa base ideológica individualista influencia a atuação do mediador de forma perigosa, pois, na busca de encontrar a melhor solução para os problemas das partes, há uma tendência do mediador em direcionar ou conduzir o processo de mediação na tentativa de resolver o conflito com justiça e igualdade. Buscar resolver com justiça leva o mediador a interferir mais no processo, daí o risco de incorrer em julgamentos tendenciosos, em tratamentos desiguais e de produzir resultados injustos (FOLGER e BUSH, 1997, p. 40 apud BELEZA, 2009, p. 25).

Em outras palavras, pode-se dizer que a mediação voltada para a resolução de conflitos acaba sendo uma conversa em que o mediador escuta todas as partes e pensa em uma solução que é proposta aos mediandos, que acabam sendo persuadidos pela situação e aceitam o acordo. No entanto, tal “solução” nem sempre consegue satisfazer os indivíduos. O mediador nessa situação não consegue obter uma imparcialidade no caso. Assim como Bush e Folger discorrem: “Diante desses aspectos problemáticos, considera-se que a postura neutra do mediador baseada na resolução de problemas é uma impossibilidade prática.” (Bush e Folger, 2004 p. 120 a 123)

Outra corrente existente da mediação é a corrente do modelo transformador que foi elaborado por Robert A. Barush e Joseph F. Folger (2006), os quais juntaram a teoria da negociação com a comunicação. Segundo os teóricos, o acordo é uma possibilidade e não uma obrigação e, nesse sentido, é destacada a importância da criação dos laços afetivos dos indivíduos envolvidos, portanto se diferenciando da corrente Harvadiana.

Na corrente transformadora acredita-se que o conflito é algo positivo, pois ele existe para transformar os indivíduos e principalmente a sua moral, porque se

acredita que se não houvesse conflito a humanidade não evoluiria. Então a visão do conflito positivo dentro da mediação convida os indivíduos a refletirem sobre as suas questões. Tal pensamento deve ser refletido na posição do mediador, em que ele não vê aquela situação como um problema que precisa ser resolvido o quanto antes, mas como uma oportunidade de transformação da realidade ali vivida. Esse processo de visualizar o conflito como positivo ajuda o indivíduo a entender e a compreender o outro, assim o individualismo não é o foco e as partes procuram várias alternativas cabíveis, o que possibilita a transformação do conflito existente.

A orientação transformadora, segundo Bush e Folger, está vinculada à visão referencial do mundo, ou seja, o foco dessa mediação não é satisfazer necessidades individuais (concepção individualista do mundo) nem buscar o bem-estar coletivo (visão orgânica do mundo), mas promover a transformação das partes envolvidas no conflito (BUSH e FOLGER 2004, p. 349-352).

Beleza (2009) aponta que, para esses autores, a transformação dos envolvidos devido ao reconhecimento do outro tem como consequência a satisfação coletiva e pessoal para enfim obter a transformação social.

Os objetivos da mediação transformadora são o fortalecimento e o reconhecimento. No fortalecimento o sujeito envolvido é convidado a refletir sobre si através do diálogo, para assim se compreender, empoderando-se ou se fortalecendo para enfrentar as suas fragilidades, para enfim facilitar as suas decisões. Bush e Folger destacam outros pontos que o fortalecimento traz para a mediação transformadora:

Compreender mais claramente quais são suas metas e seus interesses diante da situação. Aumentar suas próprias habilidades na resolução dos conflitos. Aprender o melhor modo de escutar, de se comunicar, de organizar e analisar as questões, argumentar e avaliar soluções alternativas. Administrar melhor seus recursos afim de conquistar aquilo que não havia sido contemplada. Avaliar conscientemente as qualidades e as dificuldades de seus próprios argumentos. (BUSH E FOLGER, 2006, p. 135).

E o reconhecimento do outro faz com que na mediação se desenvolva a capacidade de se obter um diálogo horizontal, em que os envolvidos se tornam mais confiantes e sensíveis, pois é resgatada a afetividade e os laços sociais. “Essa prática proporciona a reparação ou a criação de laços sociais de forma autônoma,

pacífica e cooperativa.” (FURTADO, 2011, p. 23.). Bush e Folger destacam como o reconhecimento está relacionado a mediação transformadora:

O reconhecimento da sua própria situação e a do outro;  
Quando desenvolvem a capacidade de reflexão; As partes não pensam somente nas suas necessidades individuais;  
Quando a parte renuncia conscientemente seu ponto de vista.  
(BUSH E FOLGER 2006, p.141)

Outra corrente da mediação é a via universalista, que “enaltece o valor da igualdade e rejeita a via fácil e conservadora da resolução de conflitos suscitada pela cultura norte-americana” (SIX, 2001, p. 257). A via universalista e a transformadora possuem várias semelhanças, principalmente sobre a sua visão de conflito positivo. Entretanto, o que difere as duas correntes é que a orientação transformadora acredita na transformação moral do indivíduos, já a universalista tem como objetivo estabelecer os laços entre as pessoas, respeitando e reconhecendo as diferenças dos indivíduos, c: “o outro homem, o além de nós, é homem como nós, em igualdade” (SIX, 2001, p. 257).

Após conhecer as principais correntes da mediação será destacada no próximo capítulo a corrente da mediação social, que é utilizada pelo projeto “Estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar” em sua teoria e em sua prática. Os principais pensamentos que agregam a mediação social são , na via universalista, o conceito de visão das relações sociais, e na via transformadora, os conceitos de reconhecimento do outro e de fortalecimento do eu, que serão destacados e discutidos no próximo tópico.

## **1.2 Mediação social**

A mediação social surgiu na década de 80 através dos pensamentos e questionamentos dos franceses, que aprenderam o que era mediação e a reformulou para um lado mais social, onde a cultura de paz foi inserida. A mediação social francesa fundamentava-se em três pontos:

Prevenir e lutar contra o fenômeno da insegurança por meio da criação ou restauração dos laços sociais; aproximar as populações dos bairros em dificuldade dos serviços públicos, adaptando-os às necessidades desses usuários ; contribuir para a inserção social das populações excluídas (FRANÇA, 2002, p. 12. apud BELEZA 2009, p 37).

Entretanto, ao longo do tempo, a mediação social foi se confundindo com outras atividades. Em 2000 realizou-se o seminário *Médiation sociale e nouveaux modes de réduction des conflicts de la vie quotidienne*, no qual 42 especialistas se reuniram para regulamentar a mediação social. Foi então que eles conseguiram chegar a seguinte definição para a mediação social:

É um processo de criação e reparação do laço social e de regulação de conflitos da vida cotidiana na qual um terceiro imparcial e independente tenta, através da organização de trocas entre pessoas ou instituições, ajudá-los a melhorar uma relação ou de regular um conflito que as opõe. (FRANÇA apud BELEZA 2009 p. 33)

Nessa perspectiva, a mediação social cria um espaço, que através do diálogo participativo convida os envolvidos a um processo de reflexão sobre sua realidade e seu conflitos para então transformá-los, restabelecendo ou criando os seus laços sociais, pois, a partir do momento em que se reconhece o outro, a transformação do conflito acontece de forma mais consciente. A mediação social acredita na visão do conflito positivo, tendo em vista que ele está presente a todo instante na vida de cada um, o conflito é o que move o mundo. Segundo Gadotti ,

Uma sociedade entra em fase de conflito quando as contradições existentes no seu interior rompem os laços orgânicos que as mantinham em equilíbrio. Toda sociedade sobrevive graças a esse equilíbrio de forças opostas (contradições). (GADOTTI, 1989, p.74).

A mediação social tem por objetivo: 1. fomentar a comunicação na sociedade; 2. ajudar a desenvolver e fortalecer o vínculo social e contribuir para a integração de certas populações excluídas; 3. contribuir para o controle e prevenção da violência (FRANÇA apud BELEZA, 2009, p.34). Subentende-se que, através do diálogo, aquele que é oprimido conquista o direito de ter voz, e assim pode lutar pelos seus objetivos de forma conjunta com a sociedade. Desta forma, o sujeito entende que é um cidadão que pode lutar pelos seus direitos, escolhendo assim uma forma de realizar a sua cidadania, descartando uma ação violenta.

Essa forma de intervenção da mediação social é especialmente importante no atendimento às populações em dificuldade que habitam os bairros da periferia da cidade, principalmente os de imigrantes e para prevenir a exclusão social. Essas populações em dificuldade - os desfilados 18, segundo Castel (1998) - são vítimas de discriminação e enfrentam dificuldades no acesso aos serviços públicos, ou seja, são vítimas da violência institucional. É aí que a mediação social atua fortemente, para facilitar o acesso aos serviços públicos e diminuir o sentimento de injustiça e abandono, elementos que impulsionam a violência urbana. (FRANÇA apud. BELEZA 2009, p.37)

E para garantir a ética dos mediadores, a carta de referência da mediação social estabeleceu alguns objetivos e missões, na qual Flávia Beleza explicita:

- **A neutralidade e a imparcialidade** devem guiar a intervenção do mediador;
- **A negociação e o diálogo** conduzem a atividade do mediador, que cria oportunidades de comunicação e de negociação sem nenhuma autoridade imposta.
- **O livre consentimento e a participação dos habitantes** devem ser observados, pois a mediação repousa sobre o consentimento das partes e deve promover a participação destas.
- **A mobilização das instituições** é essencial para o favorecimento da cidadania, a modernização das instituições e a aproximação dos habitantes consumidores dos serviços públicos.
- **A proteção dos direitos das pessoas** é garantida pela mediação social, que não substitui a prestação dos direitos garantidos a todos os cidadãos e nem deve promover a renúncia a esses direitos.
- **O respeito aos direitos fundamentais** deve prevalecer – a mediação social aparece como mecanismo de proteção desses direitos. (*apud* BELEZA, 2009, p. 35)

Nesse sentido a carta da mediação social se organiza de uma forma que atende uma esfera de ordem social, que atende todas as necessidades políticas e sociais da comunidade, e alguns de seus critérios são imprescindíveis, como a imparcialidade que existe para dar autonomia nas decisões dos envolvidos,

respeitando as diferenças de todos, e principalmente respeitando o direito de cada envolvido, com o sigilo acordado entre as partes, bem como o respeito aos direitos fundamentais, uma vez que por meio da mediação todos os direitos se tornam claros para cada participante..

Beleza (2009) destaca em seu texto colocações da Carta de Referência sobre a Mediação e cita a contribuição e a forma como o mediador social intervém na comunidade em que ele está inserido:

Avaliação sistêmica e contextualizada das disfunções e dos conflitos, buscando a interação entre o conjunto de atores envolvidos; Intervenção essencialmente generalistas, no sentido de não especializada; Ação sobre as partes a partir de uma posição de terceiro, formando uma relação ternária que implica em relativa neutralidade diante da questão tratar; A autoridade da intervenção repousa sobre a palavra, sobre a capacidade de escutar os diferentes pontos de vista e criar ou restaurar comunicação entre as partes envolvidas, a partir da autoridade conferida livremente pelas pessoas; Trabalho pedagógico de explicitação e de apropriação da lei e das regras da vida coletiva, trabalhando sobre o sentido e os valores ligados a essas regras inclusive para modificá-las; Fazer emergir novos modos de sociabilidade e de resolução e tratamento dos conflitos, por meio da presença física do mediador nos diversos territórios; Manutenção da legitimidade fundada sobre os serviços realizado, dentro da lógica de competência; Princípios que regem as ações são construídos nas localidades de atuação conforme a exigência da situação, por isso o mediadores está sempre em formação. (FRANÇA apud. BELEZA 2009 pg. 36)

Portanto a mediação social proporcionam o diálogo entre pessoas, comunidades e instituições, que não obtinham uma relação de qualidade. O mediador, através do seu trabalho, proporciona melhorias e bem estar entre os envolvidos, pois através da escuta sensível ele restaura a comunicação, uma vez que os participantes são convidados a refletir sobre os seus conflitos, tornando possível uma interação entre os indivíduos.

### **1.3 Mediação social e sua relação com o ambiente escolar**

A mediação social inserida no contexto escolar assegura um espaço de diálogo que muitas vezes é perdido na sala de aula. Nesse ambiente há uma

horizontalidade na relação da instituição escolar: alunos, professores, servidores, pais, comunidade e direção. É criado esse espaço, pois um dos objetivos da mediação, como dito acima, é fomentar a comunicação na sociedade.

A escola deveria ser um lugar aberto ao diálogo, mas as relações de poder envolvidas nesse ambiente acabam limitando os nossos alunos a se manifestarem, como Vlach (2004) escreve “a ideologia inverteu o real, pois o sujeito (...) foi substituído pelo objeto (...) e esta inversão implicou (e implica) ausência de reflexão (...) pois apenas o sujeito é capaz de reflexão.” (VLACH, 2004, p.25) O papel do professor acaba em algum momento sendo invertido, e comunicação em sala acaba sendo evitada, portanto a mediação social acaba abrindo esse espaço de diálogo e principalmente de reflexão.

A mediação acontece através de uma formação na qual cada aluno entende o seu papel na sociedade, reconhece os seus direitos e deveres, compreende as violências que ele vive, sejam elas diretas, estruturais, culturais, concluindo a importância dos conflitos no seu processo de constituição, de transformação. E por passar por essa experiência eles se tornam mais conscientes de si e do outro, autônomos, e somente a experiência nos torna abertos a nossa própria transformação, pois o “sujeito da experiência” está sempre disponível, disposto a correr riscos, a deixar que a experiência vivida tome conta de si e a partir de então ele já não é mais o mesmo. A experiência de cada aluno envolvido no ambiente escolar e nos conflitos existentes no cotidiano de cada um, possui uma significação e resignificação do seu olhar. A autora Susana Inês Molon discorre sobre os processos de significação:

O sujeito e o social são mutuamente constituídos e reciprocamente constituintes, e o processo de significação envolve e condensa todas as suas manifestações, expressões, sentimentos e emoções, afecções; portanto, seu corpo, sua atividade, sua consciência, sua vivência e sua experiência são atravessados e realizados pelos processos de produção da significação. (MOLON, 2011, p. 619)

Outro fator importante na mediação é a compreensão de que o conflito é positivo. Positivo porque só através dele o sujeito consegue evoluir e crescer na vida. Quando os alunos reconhecem que aquele conflito vai transformar a vida deles, compreendem o que se passa com eles naquele momento, tornam-se capazes de transformar os seus conflitos em algo positivo, pois via mediação ele

aprende que é possível criar laços e dessa forma consegue dialogar, refletir sobre os seus conflitos. Essa nova vivência é uma experiência assim como Bondía considera: “experiência é o que nos passa, nos acontece, nos toca”. (BONDÍA, 2002, p.21)

Quando o aluno entende o seu papel escolar e passa por essa experiência de diálogo e reflexão, ele começa a se tornar um cidadão mais autônomo. Tal conceito de autonomia que iremos discutir mais a frente. O ser humano sempre busca ser escutado, e os nossos alunos sempre buscam ter voz. E é desenvolvendo o pensamento crítico e a sua cidadania que ele vai em busca de sua autonomia.

## **CAPÍTULO II**

### **2.1 - AUTONOMIA: CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Uma das primeiras noções do conceito de autonomia começou a ser desenvolvida pelos gregos. Platão discute a necessidade de existir uma cidade autossuficiente, uma cidade que não depende das outras para se sustentar, uma autarquia. O filósofo não pensou diretamente na consciência moral, mas contribuiu para tal proposta quando lança comentários sobre o autodomínio, “somos bons quando a razão governa e maus quando dominados por nossos desejos (cf. TAYLOR, 1997, p. 155).” Neste momento, o filósofo liga o desejo aos impulsos, entre a razão ao mundo das ideias, estabelecendo que o ser racional é dono de si e ser dono de si é ter autonomia.

A corrente de pensamento iluminista apresenta por meios dos seus idealizadores e defensores conceitos diversificados para a construção do como pensar autonomia. Estes pensavam a autonomia através da razão, e assim as decisões estavam pautadas na ciência, na matemática, ou seja, o ser autônomo estava livre da ignorância. Todo o desenvolvimento desse pensamento vai de encontro ao que pregava a igreja, pois o Iluminismo acreditava que o ser deveria pensar por si só e acreditar na sua experiência e na razão.

Nesse período iniciou-se a busca da felicidade para o ser humano, que incluía principalmente a sensualidade, que era renegada pela igreja, pois ela reduz o sofrimento que o racionalismo causa a sociedade.

A filosofia iluminista possui uma confiança decidida na razão humana, propõe um despreconceituoso uso crítico da razão voltada para a libertação em relação aos dogmas metafísicos, aos preconceitos morais, às superstições religiosas, às relações desumanas e tiranas políticas, os quais representam para os iluministas heteronomia. A libertação dessas heteronomias por meio do uso crítico da razão possibilitaria experiências de autonomia. (Zatti, 2007, p. 18).

Segundo Vicente Zatti (2007) a autonomia começa a ter mais sentido e força, quando Kant desenvolve o conceito de autonomia. Para este autor, a autonomia “designa a independência da vontade em relação a todo objeto de desejo (liberdade negativa) e sua capacidade de determinar-se em conformidade com sua própria lei, que é a da razão (liberdade positiva).” (REFERÊNCIA) Kant traz o sentido de autonomia centralizado na razão do ser humano, esse sentido traz consigo a dignidade interligada ao modelo de domínio racional, essa junção está diretamente ligado a autonomia. Já para a vontade ser considerada autônoma, é necessário que ela esteja livre de interesses.

Mas para que haja autonomia, a lei promulgada pela vontade terá de ser uma lei universal válida para todo ser racional, em caso contrário, a lei estará condicionada a algum interesse subjetivo, e a vontade será dependente do objeto de interesse, e, portanto, heterônoma.(...) Quando a vontade é autônoma, promulga leis universais isentas de todo interesse, que reclamam a obediência por puro dever, que é a própria idéia do imperativo categórico. Dessa forma Kant considera a autonomia da vontade o princípio supremo da moralidade . A esta idéia de autonomia se prende a idéia de dignidade da pessoa. O ser racional ao participar da legislação universal, ao se submeter à lei que ele próprio se confere, é fim em si, não possui valor relativo, mas uma dignidade, um valor intrínseco. “A autonomia é pois o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional”.(apud. Zatti, 2007. Pg 16)

Kant acredita que a educação é um formador de autonomia, pois não há nada no instinto do ser humano que leve ele ao conhecimento, então quando a sua escolha aponta pelo viés do aprendizado, ele está utilizando a razão para se tornar

um indivíduo. Utilizando a liberdade da apropriação do conhecimento para a sua autonomia, pois a educação deve ser uma ferramenta para o homem livre.

Vicentti Zatti (2007) explicita em seu texto: “Se objetivarmos uma educação para a autonomia, temos que entendê-la como formação, como processo percorrido, realizado pelo próprio homem” (Zatti, 2007, p. 17). Kant, quando se refere a autonomia, acaba por ficar no âmbito da razão deixando de lado os sentimentos, onde não se acredita que na autonomia está incluso a busca pela felicidade e suas realizações pessoais. Alguns discípulos de Kant observaram essa questão e acrescentaram ao conceito de um homem em sua totalidade.

Definamos o indivíduo autônomo (em oposição à autonomia absoluta de Kant) como aquele que se determina, não apenas pela sua razão, mas ao mesmo tempo pela sua razão e por aquelas suas tendências que concordam com ela” (JACOB *apud* LALANDE, 1999, p. 115).

Rousseau também acredita no educar para a razão e a liberdade para autonomia. Ele acrescenta a noção do dever, na qual a vontade geral supera a vontade individual, pois o sujeito irá utilizar da razão para tomar as suas decisões não se bastando somente aos seus desejos. Esse sujeito percebe que a liberdade de todos é a sua liberdade, ou seja, a autonomia é uma regra geral. Kant e Rousseau foram pensadores que incluíram a autonomia na educação.

Piaget também contribui para a construção do conceito de autonomia. Dividia a autonomia em dois setores, o moral e o intelectual. A autonomia moral inclui as inter-relações pessoais com as crianças para que elas decidam sozinhas o que deseja e qual é o melhor caminho a seguir. Já na autonomia intelectual, Piaget considera o aluno um ser cognitivamente autônomo a partir dessas características:

Como sendo um sujeito curioso intelectualmente, que não se contenta com explicações decoradas. Procura encontrar novas formas de resolver problemas do cotidiano. Pensa, preferencialmente, sobre proposições e não apenas sobre a experiência fornecidas pelos objetos concretos. Levanta hipóteses, pois a realidade pode ser pensada de forma diferente, a partir da compreensão dos *possíveis*. A realidade nada mais é do que uma das formas que os *possíveis* poderiam assumir. (Pascual, 1999).

Piaget relaciona essas características a um adolescente, pois ele acredita que nesta idade o indivíduo tem um raciocínio mais formal e é neste momento que

ele acredita que tem todos os elementos necessário para caracterizar uma autonomia intelectual.

Um dos pensadores mais recentes que discorre sobre a autonomia é o Paulo Freire, suas ideias e conceitos contribuem com a ideia e ação do projeto “Estudar em Paz: Mediação de conflitos no contexto escolar”, que será discutido no próximo capítulo. Os relatos de Freire apontam que, para se realizar uma educação para a autonomia, é preciso que ela seja conquistada, pois ninguém nasceu autônomo, então é necessário ir em busca da autonomia através das suas próprias vivências, da sua liberdade e das decisões tomadas no seu dia a dia.

A autonomia é construída através da formação do ser humano e tal formação está em transformação constantemente, uma vez que ela é construída aos poucos e dialogicamente com a prática e a teoria. No entanto, para tornar essa construção possível, é necessário que o homem assuma o seu direito e dever de decidir, reconhecer o seu poder de mudança e seu espaço, para ir em busca da sua voz, da sua importância, da sua autonomia. “Significa reconhecer que somos condicionados mas não determinados” (FREIRE, 1996, p. 21). Para construir uma verdadeira participação na sociedade e não só estar inserido nela, portanto é estar sempre na busca da autonomia.

## **2.2 -A EDUCAÇÃO PARA A AUTONOMIA**

A construção da autonomia no ambiente escolar precisa estar relacionada e condizente com o discurso e com a ação do professor. Sendo assim não basta o professor colocar em seu discurso a democracia, o diálogo, o se fazer pensar se ele não abre espaço para que toda essa dinâmica ocorra. É preciso ter uma correlação entre o que se fala e o que se pratica. Se o discurso apenas fica na teoria, ele não alcança o real sentido em busca da autonomia do ser, assim não se constrói alunos que pensam, que falam, não se constrói a autonomia.

A prática do diálogo nas escolas traz debates com temas considerados polêmicos e que faz parte do dia a dia de cada aluno. Nesses debates sempre vem à tona algum tipo de preconceito ou conflito que faz com que a convivência dentro de sala se torne conturbada. E ao trazer esse tipo de debate os alunos e os professores começam a entender as suas diferenças e como ela precisam e devem

ser respeitadas. Essa prática dialógica na sala de aula, contribui para a formação de seres humanos autônomos.

O diálogo é o próprio movimento constitutivo da consciência, que é consciência do mundo. Ao objetivar o mundo, o homem o historiciza, o humaniza, ele passa a ser mundo da consciência que é uma elaboração humana. Assim, o mundo passa a ser um projeto humano, o homem se faz livre e pode ser autônomo. (Zatti, 2007, p. 61)

Paulo Freire, em um dos capítulos de seu livro *A pedagogia da autonomia* (1996), fala sobre a importância do aluno “assumir-se”, pois assim ele reconhece o seu próprio eu, reconhece as suas fragilidades e habilidades, reconhece a sua importância em cada ambiente que vive. Ao assumir-se valorizar a sua identidade cultural, o aluno assume as suas responsabilidades de forma mais consciente. Essas atitudes fazem com que ele seja ele mesmo, tornando-se mais autônomo.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu. (Freire, 1996 p.18)

E, em busca de o aluno “assumir-se”, o professor deve ter consciência da sua autoridade democrática, mantendo o cuidado para não ser autoritário, tendo em vista que podem possuir visões divergentes. Dessa maneira, a autoridade democrática cria um espaço de liberdade e respeito que promove e incentiva o aluno, já o autoritarismo é o abuso de poder que poda o construir.

A autoridade que é democrática se preocupa com a construção de um clima de real disciplina, de respeito. Procura levar o educando a construir, por meio de sua liberdade e fundado na responsabilidade, a autonomia. (Zatti, 2007, p. 56)

A autonomia é construída gradualmente, pois a cada passo dado no dia a dia. O aluno precisa tomar várias decisões, todo esse processo contribui para o seu

amadurecimento, e toda a comunidade escolar deve estar envolvida para proporcionar vivências que estimulem o seu desenvolvimento.

Uma escola que visa à educação para a autonomia deve ser uma instituição que visa ao diálogo direto com os seus alunos, professores, coordenação e servidores. Para que nesse ambiente todos consigam falar e ser ouvidos. É nesse ambiente de construção, de aceitação do diferente que torna uma educação mais autônoma.

Defendemos que uma educação que visa promover a autonomia deve atentar para a formação do ser humano e não apenas para o ensino- aprendizagem de conteúdos. Dessa forma, precisa atentar para todos elementos envolvidos na educação: a postura do professor, da direção, a situação material da escola, a participação dos pais, os conteúdos a serem apreendidos, etc. A formação ocorre na interação de todos elementos que envolvem a educação, por isso todos eles devem ser pesados de tal forma a contribuir para a aprendizagem crítica e para a construção gradativa da autonomia do educando. (Zatti, 2007, pg. 56).

A democracia está diretamente ligada à autonomia, então uma escola democrática trabalha para que os seus indivíduos busquem a sua autonomia e por consequência a democracia é uma forma política de lidar com o dia a dia escolar.

A democracia supõe que seus membros possam ser capazes de tomar decisões numa condição de autodeterminação e autonomia. Por isso, a democracia é uma forma de organização política que respeita a dignidade e autonomia dos sujeitos. (Zatti, 2007, pg. 71).

Não tem como falar de democracia, autonomia e educação sem correlacionar com a política, o meio educacional e autonomia estão sempre ligados à política, pois nenhuma de suas relações são autossuficiente, elas estão acontecendo em um ambiente que envolve muitos sujeitos, envolvendo assim a dimensão política a autonomia e a escola.

uma das tarefas primordiais da pedagogia crítica radical libertadora é trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta. A realidade injusta oprime, desumaniza, é fonte de heteronomia e deve ser superada. Para tal, a educação deve levar em conta a vida como um todo, nos seus aspectos éticos, estéticos, sociais, etc, o que lhe confere caráter radicalmente político. (FREIRE *apud* Zatti 2007, p.70.)

## 2.3- A AUTONOMIA ESCOLAR

O significado de autonomia está relacionado com o sentido de liberdade, independência, autossuficiência. E quando pensamos em uma escola autônoma subentende-se que a escola é capaz de se organizar, criar regras que são adequadas para a sua realidade e da sua comunidade atendendo todas as suas necessidades.

A autonomia da instituição é capaz de fixar normas de sua conduta no âmbito de sua natureza específica. Portanto, a escola pública estatal autônoma será aquela capaz de fixar as regras de seu próprio existir e agir, levando em conta seus limites e suas potencialidades (Silva, 1996, p. 14).

Segundo Mendonça (2000), a partir de 1980, a implementação da gestão democrática nas escolas trouxe à tona a necessidade de tornar a escola autônoma, mas só a partir de 1990 a temática de autonomia obteve mais ênfase. Esse processo de democratização das escolas trouxe à tona a necessidade de tornar o espaço escolar mais aberto, na tentativa de reestruturar e democratizar as estruturas administrativas e políticas da escola.

O sistema de educação brasileiro possui uma organização institucional que se caracteriza por ser centralizado, as decisões são tomadas por órgãos superiores à escola (como, por exemplo, a SEEDF), que geralmente possuem uma relação autoritária. Mas, para que a escola se torne capaz de construir as suas normas e se torne autônoma, é necessário que haja a descentralização de poderes, pois a participação da comunidade escolar nas decisões escolares são negadas por não ter abertura. A descentralização de poder reforça o conceito de autonomia, pois como já foi citado a democracia está diretamente correlacionado com a liberdade. Já a centralização das decisões acaba afetando a realidade das escolas, pois cada comunidade escolar não consegue atender as suas particularidades, omitindo o seu desenvolvimento em prol da obediência as atividades propostas pelo estado.

o reforço da autonomia das escolas constitui uma necessidade essencial para a revitalização da sua democracia interna. Na verdade, embora nem toda a autonomia seja democrática, não há democracia sem autonomia. Só a autonomia garante o poder, os recursos e capacidade de decisão colectiva necessários ao funcionamento democrático de uma organização. Sem autonomia, a democracia não passa de uma ideologia. (BARROSO, 2004, p. 74)

Mendonça destaca outro fator importante para a constituição da autonomia escolar, que é a importância da escola ter condições mínimas de funcionamento, pois, se a instituição é carente de materiais, de estrutura física boa e adequada, ela não consegue desenvolver a sua autonomia, pois a urgência de determinados materiais e estruturas acabam estagnando a busca por uma escola autônoma.

A autonomia da escola pública não pode estar associada a uma situação de afastamento do Estado de suas obrigações como provedor das necessárias condições de infra-estruturais. Não existe, portanto, autonomia da escola pública sem o indispensável custeio do Estado. Mais do que isso a autonomia da escola tem como decorrência a reorganização das estruturas burocráticas dos órgãos hierarquicamente superiores no sentido de permitir que exista o necessário apoio ao funcionamento das unidades. (Mendonça, 200, p. 259)

Através da construção do projeto político pedagógico (PPP), as escolas foram convidadas a desenvolver e colocar em prática a sua autonomia. A construção desse orientador e norteador de trabalho, o PPP, requer a participação de toda a comunidade escolar, professores, alunos, pais, servidores, moradores da comunidade que a escola está inserida para construir um documento que atenda as necessidades daquela escola. Esse documento é desenvolvido através do diálogo no qual as pessoas entram em um consenso sobre quais pontos serão atendidos pela escola. Esse é a forma mais expressiva da autonomia escolar, pois é cada escola que constrói o seu PPP, sem a influência de órgãos superiores. Ainda assim, para que o PPP entre em vigência, é necessário que os órgãos superiores tornem possível a prática do PPP.

É necessário que as estruturas centrais e intermediárias dos sistemas de ensino se organizem não apenas para declarar que permitem o exercício da autonomia, mas para criar as condições

necessárias que considerem o auto governo da escola e o fortalecimento da identidade cultural de cada comunidade. Sem isso, o projeto político pedagógico das unidades pode se transforma-se em mais uma peça de ficção e motivo de frustração (Mendonça, 2000, p.267)

O projeto político pedagógico possui grande importância para a autonomia da escola, porque nele estão inseridas algumas decisões que estão de acordo com a realidade e estão de acordo com a sua identidade, representando assim uma maior autonomia, como a descentralização pedagógica, a criação de conselhos escolares e eleição de diretores, órgãos de representação estudantil, de representação de pais e de professores, dentre outros.

O autor também destaca a importância de seguir as normas e políticas das diretrizes que estão em vigor, pois elas também estão correlacionadas à autonomia da escola, mas se há alguma lei que não faz parte da realidade cabe e é de direito da comunidade lutar para mudar a lei e assim se encaixar na nova realidade. O cuidado com a obediência das leis acaba transformando o espaço escolar em um espaço justo que não está a mercê da soberania de alguns que porventura se achem no direito de fazer o que bem entender.

Há três dimensões que fazem parte da autonomia. Mendonça assim destaca: a autonomia pedagógica que inclui uma adaptação dos currículos para atender as necessidades de ensino e aprendizagem de cada escola; a autonomia administrativa que se caracteriza pela não gerência externa a escola, que esbarra na concepção de centralização de poder, e por isso não é muito desenvolvida; e por fim a autonomia financeira, na qual haveria a independência interna no emprego de verbas, mas que na realidade está envolta em regras de como gastar as verbas que mal chegam às escolas.

A autonomia escolar deve estar ligada a políticas públicas que possibilitem de fato que ela funcione administrativamente e financeiramente independentes, mas isso não quer dizer que o estado não deva se envolver, mas sim diminuir a burocracia que há envolta dessas esferas, para tornar possível algum tipo de autonomia nesses quesitos.

A autonomia das escolas não deve ser encarado como uma forma de o Estado aligeirar as suas responsabilidades, mas sim o reconhecimento de que, em determinadas situações e mediante certas condições, os órgãos representativos das escolas (reunindo

professores, outros funcionários, alunos, pais e outros elementos da comunidade) podem gerir melhor que a administração central ou regional, certos recursos.(BARROSO, 2004, p. 70)

A autonomia das escolas é uma mudança cultural que deve ser discutida e aprendida, perpassando por todos os segmentos da organização escolar. Barroso (2004) acredita que a autonomia escolar deve ser ensinada nas escolas, pois ela tem uma papel fundamental na formação de todos os envolvidos no processo de ensino.

O reforço da autonomia das escolas, pela sua dimensão organizacional, implica "mudanças culturais" profundas. Por isso, é preciso desenvolver uma pedagogia da autonomia, a todos os níveis, a começar na administração central e a acabar nas escolas (ou vice-versa). Na verdade a autonomia também se aprende e essa aprendizagem é o primeiro passo para ela se tornar uma necessidade. Daí que o processo de reforço da autonomia das escolas para além de ter de introduzir alterações nas normas e nas estruturas, deva igualmente, e com maior acuidade, introduzir mudanças nas pessoas e na cultura das organizações em que trabalham. E aqui a formação tem um papel central. (Barroso, 2004, p. 73)

Foi possível perceber a difícil conquista da autonomia da escola, que ainda não se dá por completo, ainda é um motivo de luta, mas que ganhou o seu pequeno espaço através da possibilidade da construção do projeto político pedagógico, o que torna o dia a dia um pouco mais compatível com a escola que esta inserida, e obtendo uma verdadeira gestão democrática.

## **CAPÍTULO III- ESTUDAR EM PAZ: CONHECENDO O PROJETO E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA CLASSE 22 DO GAMA.**

### **3.1- O projeto estudar em Paz**

Em 2009, o Centro Educacional São Francisco em São Sebastião proporcionou a realização de uma oficina sobre a mediação social. Após a realização do evento na escola, Flávia Beleza e Bárbara Diniz, idealizadoras do projeto **Estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar**, foram

contactadas pela direção da escola para demonstrar o interesse pelo projeto ser realizado naquele espaço escolar. A proposta foi aceita. E para formar alunos mediadores as idealizadoras do projeto organizaram um curso sobre a mediação social que dispôs de uma carga horária de 100 horas/aulas. Segundo Diniz, essa turma se formou com 15 concludentes e, dessa maneira, foi iniciada a mediação social no Centro Educacional São Francisco de Assis.

O projeto “Estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar” começou a crescer e em 2010, através da Universidade de Brasília (UnB), o projeto se transformou em uma PEAC (Projeto de extensão de Ação contínua) em que há a prática de atividades de extensão universitária que visam ao desenvolvimento de projetos entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Através do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos (NEP), o projeto começou a ser desenvolvido sobre a coordenação pela professora Doutora Nair Bicalho de Sousa (do departamento do Serviço Social), a coordenação executiva de Flávia Beleza e alguns bolsistas.

O projeto “Estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar” tem por objetivo geral e específico:

O projeto tem como objetivo geral capacitar estudantes (inclusive os(as) bolsistas e estagiários(as) da graduação), professores(as), corpo técnico-administrativo e pais/mães (e/ou responsáveis) de alunos(as) em mediação de conflitos no contexto escolar, na perspectiva da mediação social, visando a consolidar uma compreensão da mediação de conflitos como instrumento para uma prática cidadã junto às escolas da rede pública do Distrito Federal. Os objetivos específicos do projeto são: possibilitar a leitura de textos sobre mediação social, conflitos e violências no contexto escolar e processos de emancipação e subjetivação, de modo a estimular o pensamento crítico acerca desses temas; fomentar junto à comunidade escolar práticas socioeducativas pautadas na Cultura de Paz, direitos humanos, justiça, democracia e cidadania; incentivar junto aos diferentes segmentos sociais a incorporação da prática da mediação como instrumento de diálogo, participação e de transformação pessoal e social; supervisionar e acompanhar os(as) alunos(as) formados(as) em mediação social nas atividades teóricas e práticas a serem desenvolvidas junto aos(as) novos(as) participantes inscritos(as) no projeto; difundir a experiência da mediação no contexto escolar junto à rede de ensino do Distrito Federal. (Beleza, 2012, p.56)

Acredita-se na importância da formação da comunidade escolar como um todo, pois os conflitos escolares atingem toda essa comunidade e é através da mediação social que se cria um espaço onde a reflexão sobre os conflitos daquela comunidade são pensados. Portanto, criam-se várias oportunidades de se transformar o conflito, pois a mediação social proporciona a criação de laços onde a cultura de paz, a diversidade, os direitos humanos, a cidadania e a democracia são valorizados e compreendidos por aqueles ali inseridos.

O projeto em questão já realizou atividades em cinco regiões administrativas no Distrito Federal, foram elas: São Sebastião, Samambaia, Paranoá, Recanto das Emas e Gama. No início do projeto as escolas que eram atendidas tinha como perfil alunos do Ensino Médio e do Ensino Fundamental do segundo ciclo. Mas a partir de 2013 foi iniciado o projeto em uma escola Ensino Fundamental do primeiro ciclo, que é o objeto de estudo dessa monografia. Uma das atividades realizadas pelo projeto que tem como objetivo auxiliar o trabalho das escolas é o mapeamento das redes sociais de proteção nas regiões administrativas, pois por meio da identificação dessa rede é possível manter um contato melhor com esses atendimentos, facilitando os conflitos que a escola enfrenta no dia a dia.

As escolas acima citadas foram contempladas pelo projeto porque estão inseridas em uma comunidade que possui algum critério de vulnerabilidade social. O projeto não possui a capacidade de atender todas as regiões administrativas do Distrito Federal, então a escolha das escolas precisam demonstrar algum interesse no projeto e precisam entrar em contato com a Flávia Beleza, se houver disponibilidade de bolsistas para se aplicar o curso de formação, é escolhido um representante na escola (provavelmente o professor que solicitou o projeto, ou o diretor), para se manter um contato direto com a instituição. E assim iniciar o projeto na escola. Caso todos os bolsistas do projeto já estiverem encaminhados, e outra instituição solicitar o projeto, esta fica em uma lista de espera.

As inscrições dos alunos no projeto se dá através da inscrição voluntária e ou indicação da direção, exceto na escola no Gama, em que foram selecionadas as turmas do quinto ano para receber o projeto. A formação em mediação social acontece em módulos, que se dividem em oito encontros, entre a teoria e a prática, tratando de assuntos como os vários tipos de conflitos e violências inseridos na comunidade. Na prática é ensinado o processo de condução das mediações, que são em seis etapas: organizar o ambiente que acontecerá a mediação; a abertura do

mediador, onde é destacada a importância do sigilo; o conta-me que é a parte do entendimento do conflito, onde as partes revelam as suas histórias; nessa etapa são sugeridas algumas mudanças cabíveis para as partes; os compromissos que as pessoas envolvidas acham que podem seguir; e o fechamento.

A formação na mediação social convida o participante a todo momento a refletir sobre tudo que envolve os conflitos e assim quando o aluno se forma, começa a ter uma visão diferente sobre tudo o que o cerca, sendo capaz de identificar os conflitos e as violências sofridas, que não estão tão visíveis, o que chamamos de conflito de fundo, pois a maioria dos conflitos escolares envolvem algum motivo por trás, por exemplo: Um aluno que é violento na escola pode estar sofrendo violência em casa, a violência que ele sofre seria o conflito de fundo.

A parte prática do projeto se dá através da simulação de mediações, na qual quem conduz cada simulação é um mediador, um co-mediador e os mediandos, onde aprendem como conduzir uma mediação por meio das etapas descritas acima. Para atender as necessidades da escola do Gama, as mediações foram todas feitas em mediação coletivas devido a idade dos alunos e da falta de espaço na escola.

A formação com os alunos acontece de uma forma mais tranquila e aberta, mas infelizmente o projeto enfrenta uma grande dificuldade com a formação de professores, pois a relação de poder envolvida no processo de reflexão é atingida, e a maioria dos professores se vêem vítimas dos seus alunos e acreditam que quem deve mudar são os alunos, e não conseguem enxergar que a mudança deve acontecer em conjunto, que o trabalho de transformação também precisa acontecer com eles. A transformação de atitude e da cultura leva um certo tempo para ser realizada.

Apesar das dificuldades enfrentadas, o projeto Estudar em Paz: uma mediação de conflitos escolar, traz para o dia a dia da comunidade escolar um olhar e uma escuta mais sensível, que valoriza as diferenças, o diálogo que cria e reconstrói laços sociais.

### **3.2- Escola classe 22 do Gama**

A Escola classe 22 foi fundada no ano de 1971, em seu início de atuação atendia a educação de jovens e adultos, hoje ela atende a educação infantil e o

ensino fundamental, do primeiro ao quinto ano e classe especial. Atendendo alunos da região do Gama e o entorno, a sua localização (perto da rodoviária da cidade) facilita o acesso dos alunos do entorno. Por ser uma escola que pertence ao Distrito Federal, os residentes do entorno geralmente buscam vagas nessa escola. A escola possui bons índices de ensino e baixos índices de evasão e repetência. Mais um fator pela procura de vagas na escola.

A estrutura física da escola era bem precária, pois segundo o PPP é registrado que a mais de quarenta anos a escola recebia manutenções emergenciais, sendo não suficiente para manter o prédio com uma estrutura adequada. Em 2011, a comunidade escolar se mobilizou para adquirir o direito de reconstrução do espaço tendo em vista que o Ministério Público já tinha determinado a reforma da escola. A defesa civil fez uma vistoria na escola e constatou graves problemas na estrutura da escola, e indicou uma reforma ou uma reconstrução urgente. Em 2013, a escola foi demolida para a construção do novo prédio com a promessa de ser entregue em 2014. Devido à falta de Habite-se da escola e de alguns erros na construção, a escola só foi liberada em 2015.

Nesse período de construção do novo prédio, a escola ficou alocada no antigo prédio da coordenação regional de ensino do Gama a uma distância considerável do antigo espaço. Essas mudanças trouxeram alguns problemas como o deslocamento dos alunos até o novo espaço, pois a distância era de aproximadamente cinco quilômetros. O problema foi resolvido com a disponibilidade de ônibus fornecidos pela SEEDF, o qual fazia o trajeto do antigo espaço até a regional, mas esse deslocamento leva um certo tempo de organização da comunidade na qual o horário de aula foi reduzido em uma hora. O espaço da regional não era adequado para todo o público atendido, havia um banheiro feminino e um masculino para toda a escola, não havia pátio para a hora do intervalo, sendo que o horário do intervalo era restrito e o tempo de cada turma acontecia em diferentes momentos.

### **3.3-O projeto político pedagógico da escola classe 22 do Gama**

No PPP da escola são destacados pontos importantes para entender a rotina, os conceitos e as dinâmicas que a escola possui na qual a sua postura

didática contribui para a implementação do projeto “Estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar”.

O PPP foi construído coletivamente com a comunidade escolar, através de questionários e reuniões entre o corpo docente, comunidade, pais e alunos. Os seus princípios norteadores incluem o sentido de que a aprendizagem deve estar ligada à realidade do aluno, valorizando as suas experiências, entendendo e respeitando todas as diferenças, trabalhando para a formação de um aluno cidadão, promovendo um ambiente aberto para o diálogo no qual as experiências socioculturais são valorizadas.

No projeto político pedagógico é destacado o objetivo geral e os objetivos específicos, que serão destacados os principais objetivos descritos no documento:

Objetivo geral : Proporcionar ao aluno o seu desenvolvimento integral através de uma ação pedagógica direcionada para a formação do cidadão consciente de suas responsabilidades com o meio em que vive, sensível, crítico e transformador; por meio da convivência com seus pares, da valorização de suas construções e da garantia de momentos específicos de liberdade de expressão. Objetivos específicos: Tornar a escola um espaço democrático, garantindo momentos de criação espontânea, debates, rodas de conversa, trocas coletivas, sempre incentivando a interação entre todos os envolvidos no processo; Fortalecer a integração escola/comunidade; Conhecer e valorizar os direitos e deveres de todos os cidadãos; Planejar eventos sócio-políticos e culturais de forma integrada e participativa; Buscar formas efetivas de participação e acompanhamento da família na vida escolar; Possibilitar o cultivo de bens culturais e sociais considerando as expectativas dos alunos, dos membros da comunidade, dos professores, enfim, dos envolvidos diretamente no processo educativo. (Projeto político pedagógico, 2014, p. 17)

No documento também é destacada a importância da educação voltada para a cultura de Paz, da formação de alunos críticos, reflexivos, autônomos e ativos na sociedade em que estão inseridos. Para lutar pelo um futuro melhor.

A Escola Classe 22 funciona através da gestão democrática, e é destacada em seu projeto a importância dos laços criados diante das dificuldades descritas acima e da importância da participação de todos no processo da organização escolar. Nele estão previstas reuniões coletivas com os funcionários, conselho de classe participativo, o envolvimento da comunidade, etc.

A escola realiza diversos projetos que contribui para a formação cidadã do aluno. O projeto estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar é apresentado no PPP, no item projetos especiais. Ele é descrito assim:

PROJETO MEDIAÇÃO DE CONFLITO: Responsável pelo projeto: Orientadora Educacional. Objetivo: Propiciar aos alunos, professores e gestores das escolas participantes subsídios para que possam atuar como mediadores em situação de conflito, visando uma transformação positiva nas relações vivenciadas no cotidiano da escola. (projeto político pedagógico 2014,p. 55)

É de extrema importância para o projeto “Estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar” estar presente no PPP, porque foi discutida a importância do projeto continuar na escola, sendo assim a comunidade aceitou a proposta do projeto. Desta forma, o projeto consegue criar laços e um comprometimento maior com a comunidade que está inserido.

### **3.4- Como o projeto Estudar em Paz: mediação de conflitos e escola classe 22 do Gama se encontraram?**

Flávia Beleza, coordenadora executiva do projeto “Estudar em Paz: mediação de conflito no contexto escolar”, foi convocada para dar o curso de formação de mediação para alguns orientadores da rede de ensino público do Distrito Federal. E nessa formação participou a Ana, orientadora da escola classe 22 do Gama. A Ana adaptou as ideias do projeto desenvolveu um novo projeto que em 2010 foi aplicado na escola classe 22, o projeto chama: “Mediação de conflitos: do Diálogo à cidadania”. Nesse projeto eram discutidos os conceitos básicos da mediação social, adaptados à idade dos alunos, e era trabalhada a questão dos sentimentos e como lidar com eles, através de livros, e a realizações de assembleias para discutir os seus conflitos.

Em 2013, foi feita uma parceria entre o projeto da Ana e o projeto estudar em Paz, e o ano escolhido a ser trabalho para o projeto foi o quinto ano do ensino fundamental. O projeto da Ana continuou a ser desenvolvido nos outros anos. Como o projeto Estudar em Paz tinha oferecido a formação só para alunos mais velhos, a forma como foi ministrado a formação foi mais lúdica e só ocorreram mediações coletivas, devido a falta de espaço que a escola estava sofrendo. A implementação

das mediações coletivas foram extremamente enriquecedoras para a construção de laços entre os membros, na qual foi possível compreender melhor que a transformação social ela acontece coletivamente.

A diferença entre assembleia e a mediação coletiva é que a assembleia é dito ou escrito em um cartaz o que felicita e o que não felicita na escola, limitando o seu olhar somente para a escola. Já na mediação social através da formação os alunos são convidados a entender os conflitos e as violências que eles sofrem, compreendendo que através do diálogo e da união, as suas lutas por um ideal melhor acabam tendo uma força maior, pois através da formação eles conseguem se mobilizar com mais organização e mais força política. Através da experiência da mediação social coletiva foi possível perceber que a causa dos conflitos a maioria eram comuns entre os alunos, e incluía conflitos além do ambiente escolar, eram problemas políticos, culturais e sociais.

A relação do projeto Estudar em Paz obteve grande aceitação entre os professores e diretores e coordenadores da escola. O ambiente da escola é aberto para novas propostas, os espaços estavam sempre abertos para o projeto. Como dito no PPP a responsável na escola pelo projeto Estudar em Paz é a orientadora educacional, a Ana, na qual sempre nos acolheu da melhor forma, e se responsabilizou junto conosco para o desenvolvimento do projeto, fazendo toda a diferença no sucesso do projeto.

### **3.5- Relatos da pesquisa**

Estudaremos alguns casos que foram observados e analisados através da formação em mediação social, que ocorreu no quinto ano do ensino fundamental, sendo que uma turma no turno matutino e duas turmas no turno vespertino. A idade dos alunos variam entre nove e dez anos, com exceção de um aluno que tinha treze anos. Quem ministrava as aulas na parte da tarde eram os bolsistas do projeto Estudar em Paz, e a Ana se atualizava com essas aulas e depois ministrava as aulas na parte da manhã.

As mediações coletivas foram realizadas nas três turmas, e foi percebido que os conflitos elencados para as mediações foram bem parecido, ou seja, as necessidades dos alunos eram praticamente as mesmas. Os principais estudos de

caso selecionados para a reflexão e discussão foram: os preços da vendinha da escola; pouca variedade de refeição; a sujeira dos banheiros; os apelidos; as condições precárias, a limpeza e o mau atendimento dos monitores nos ônibus.

### **3.5.1- Relato 1 – Banca de guloseimas**

Neste caso os alunos reclamavam dos altos preços dos produtos que eram vendidos em uma banca de guloseimas dentro da escola e colocados à disposição pela própria diretoria da instituição, enquanto no comércio da vizinhança próxima os estudantes conseguiam achar os mesmos produtos mais baratos. Sendo assim, a diretora da escola, responsável pela banca de guloseimas e pelos preços ali praticados, foi convidada a participar da mediação coletiva com os alunos para resolverem tal situação. Ao final, chegou-se a um acordo no qual a diretora se comprometeu a rever os preços. Foi ainda esclarecido que o real objetivo da venda das guloseimas era reverter o lucro obtido na compra de alimentos que complementassem o lanche deles, pois o governo cedia o arroz e o frango para a galinhada, mas não os temperos necessários para o prato. E para piorar a situação, os recursos públicos ainda não tinham sido repassados à escola, dificultando a aquisição de tais temperos. Mesmo com o esclarecimento da situação, os alunos continuaram a insistir na diminuição dos preços das guloseimas e acabaram por entrar em acordo a respeito do preço de cada item vendido durante a mediação.

Neste relato é possível perceber que a escola e, conseqüentemente, os alunos, sofriam com a violência estrutural, pois o conflito causado pelas falhas nos repasses de verbas públicas afetava o dia a dia da escola. A alternativa escolhida pelos professores e gestão da escola em questão, foi a instalação da banca de guloseimas.

Ao se discutir o porquê da criação da banca de guloseimas e o destino do lucro oriundo dos produtos ali comercializados, os alunos tiveram a oportunidade de compreender como funcionava politicamente alguns processos de sua escola, contribuindo para a formação política e a criticidade dos estudantes em relação ao ambiente nos quais estavam inseridos. É a confirmação do que disse Gadotti: “O conhecimento não é libertador por si mesmo. Ele precisa estar associado a um compromisso político em favor das causas dos excluídos” (Gadotti, 1998, p. 30).

Como já vimos acima, não há como falar em educação sem falar de política, afinal “A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política.” (Freire, 1996, p. 42). E nessa mediação foi possível construir novas reflexões sobre a política que contribuem para a autonomia do educando.

Outra discussão interessante neste caso foi a relação de poder foi colocada em questão, pois a diretora foi questionada sobre o porquê dos preços e mesmo depois de toda a sua explicação os alunos mantiveram a decisão de modificar os preços. O que ocasionou um certo “espanto” da diretora que no fim acreditava que depois da explicação os alunos iriam acatar os antigos preços. Em uma de suas falas, ela disse: “É legítima a reclamação de vocês. Vocês devem entrar em um acordo, mas o lucro da vendinha não vai ser maior então o lucro que será revertido será menor”. Tal fala trouxe a tentativa de alertar mais uma vez que os alunos não abajassem os preços. E a decisão dos alunos foi mantida. Toda essa relação trouxe aos alunos o poder de voz no ambiente escolar, e o empoderamento de decisão dos alunos.

### **3.5.2- Relato 2 – pouca variedade de refeição**

Uma das principais insatisfação dos alunos era a repetição dos lanches, a diretora explicou novamente a dificuldade de manter a escola sem os repasses de dinheiro do governo. Eles estavam a semanas comendo biscoito com leite, pois era o único lanche que tinha chegado e que não precisava ir ao fogo, pois a escola estava sem gás há um tempo considerável. Os alunos acabavam culpabilizando as cozinheiras, pois não tinham acesso à informação da realidade da escola.

Neste caso é possível compreender novamente a influência da falta de repasse do governo no dia a dia escolar, ou seja mais uma violência estrutural vivida pela escola. Entender os dois lados da história fez com que os alunos se sensibilizassem com a realidade das cozinheiras da escola, e o pensamento de que elas não variavam a comida porque elas não queriam foi mudado. Neste momento foi possível visualizar novamente a importância do esclarecimento político e como esse influencia na construção da autonomia, pois a não consciência política transforma os seus alunos leigos e mais oprimidos, pois, como Freire acredita, “O papel da escola consiste em colocar o conhecimento nas mãos dos excluídos de

forma crítica, porque a pobreza política produz a pobreza econômica.” (FREIRE *apud* Gadotti, 1998, p. 30).

### **3.5.3- Relato 3 – Limpeza dos banheiros**

Sobre a limpeza dos banheiros, era algo muito sério. Devido ao espaço reduzido da escola, só havia dois banheiros para os alunos para atender a escola toda, e esses banheiros ficavam localizados na frente das salas do quinto ano. O cheiro era insuportável. Nesta mediação participou a servidora que limpa o banheiro e ela explanou sobre a dificuldade de manter a limpeza da escola, dos banheiros sem material para isso (a servidora levava material de casa para limpar os banheiros), e ela estava trabalhando sozinha nos dois turnos da escola. No diálogo os alunos apontaram as suas responsabilidades de manter o banheiro limpo, que se cada um fizesse a sua parte a manutenção da limpeza do banheiro perduraria por mais tempo. Então foi sugerida uma campanha da limpeza dos banheiros, eles se organizaram, fizeram cartazes e passaram em todas as turmas. A campanha obteve um saldo positivo.

A mediação sobre o banheiro mostrou aos alunos o quanto eles possuem poder de organização e de decisão no meio em vivem. Neste momento houve o empoderamento do aluno, em que ele entendeu que é possível trabalhar e se organizar coletivamente em prol dos seus direitos e idealizações, desta forma contribuindo pela conquista da sua autonomia de decisões e ações.

A partir do pensamento de Kant, o homem autônomo ao obedecer aos preceitos da razão universal estaria sendo espontaneamente intersubjetivo. Mas nesse caso, a intersubjetividade não é constitutiva do sujeito, ela é atingida pelo sujeito enquanto participante da universalidade. Em Freire fazer a si implica em fazer-se intersubjetivamente. “O sujeito, em todas as suas dimensões, constrói-se na relação coletiva, sem nada subtrair da dimensão individual. Ao contrário, o coletivo realiza o individual assim como o individual realiza o coletivo” (BECKER, 1998, p. 53). A proposta freireana enfatiza a constituição social do sujeito, com isso, há uma superação em relação à idéia de sujeito de Kant, e, diferentemente de certas correntes pós-modernas, preserva a idéia de sujeito, havendo a possibilidade da autonomia. (Zatti, 2007, p. 67).

Portanto, as relações criadas nessa mediação foram a possibilidade de contribuição do pessoal para o coletivo e vice-versa, uma constituição de relação em

que a escola e os educandos só têm a ganhar. Trabalhar coletivamente contribui com novos significados intersubjetivos que acrescentam na constituição da autonomia do ser.

### **3.5.4- Relato 4 – Apelidos**

Outro tópico tratado foi sobre os apelidos dados na escola. Durante a formação na mediação é discutido sobre o *bullying*, mas mesmo assim ainda ocorriam casos de agressões verbais. Durante a mediação, muitos alunos não ficaram com vergonha e disseram como se sentiam quando alguém os tratavam de uma forma ruim. Houve um relato de um aluno que disse que não se sentia feliz em ir para a escola, que quando ia para casa ficava pensando nas coisas que passava na escola e sentia muito mal em casa também. “Meu coração dói quando penso nesses apelidos, não consigo dormir, pensando em tudo o que vocês me dizem”, disse o aluno. Muitos outros relatos de como o agredido se sentia foram revelados, alguns alunos se emocionaram com os relatos, e algumas pessoas que colocavam apelidos nos outros se identificaram e pediram desculpas, dizendo que não sabiam o quanto feria os sentimentos do próximo (lembrando que nas mediações não é falado o nome das pessoas que estão causando o conflito, é colocado a situação em que está se passando, sem passar por aquele constrangimento de “dedurar” o outro).

A mediação social promove um espaço aberto ao diálogo no qual a prática de entender o outro e se colocar no lugar do outro se dá de forma natural. Nesses momentos de conversa é que um conhece o outro melhor, criando laços com o seu próximo, compreendendo melhor o outro. Desta forma, as violências vividas diariamente são sanadas naturalmente através da ação consciente pela prática reflexiva.

E, como já foi citado anteriormente, Beleza explica que o reconhecimento do outro traz a transformação social através da satisfação coletiva e pessoal, e quando um aluno que está sofrendo com o *bullying* é escutado, e o seu opressor se sensibiliza acaba criando uma nova relação entre eles, possibilitando uma transformação entre a relação dos envolvidos. Preconceitos, apelidos, ofensas são características de um comportamento que está enraizado na sociedade e o dialogar sobre esses assuntos auxiliar a reconhecer o outro e a transformar aquela cultura,

assim como Gadotti considera: “Para ser transformadora- transformar as condições de opressão- ela deve enraizar-se na cultura dos povos”. (Gadotti,1998, p.29). E o projeto possibilitando que as partes se comunicassem e refletissem sobre as suas ações, o que acaba contribuindo para modificar essa cultura de ofensa.

A partir desse caso também é possível relacionarmos a autonomia com o conceito de alteridade, porque a alteridade caracteriza-se como a existência do "eu-individual", que só se faz possível por meio do contato com outras pessoas, ou seja, através da relação interpessoal. Portanto a construção da autonomia pessoal acontece somente devido à interação com outro indivíduo. Quando reconhecido o outro, naturalmente se reconhece a sua alteridade e construindo a própria autonomia com o auxílio e participação de um segundo indivíduo.

### **3.5.5 Relato 5 – Qualidade dos ônibus**

Foi colocada em mediação a qualidade dos ônibus que fazia o transporte da antiga escola até o novo espaço, foi relatado que os ônibus eram sujos, que saiam de casa limpos e chegavam na escola cheio de barro, que não havia cintos de segurança, que alguns alunos eram pequenos e escorregavam de um lado para o outro nas curvas, existiam cadeiras soltas e a reclamação de que os monitores do ônibus não os respeitavam, alguns alunos foram xingados, e sofriam com fortes assobios em seus ouvidos. Na primeira mediação sobre esse assunto, a diretora da escola participou e não sabia o que estava acontecendo dentro dos ônibus. Ela explicou que a empresa que fazia o transporte era terceirizada e que iria entrar em contato pessoalmente para relatar as queixas. Mesmo depois do contato, os problemas não foram resolvidos. Houve outra mediação e os alunos e a escola decidiram que era importante a participação da empresa na mediação, sendo assim a escola solicitou um representante para participar da mediação. Depois de algumas tentativas, a empresa cedeu e enviou um representante e, na ocasião, os próprios alunos falaram dos seus problema vividos, e a empresa se comprometeu a trocar os ônibus por outros de melhor qualidade, que os monitores seriam reorientados e que a limpeza dos ônibus estaria em dias. Os professores presentes na mediação se comprometeram a verificar se as mudanças tinham ocorrido.

Nesta mediação foi possível identificar uma reivindicação que partiu de uma construção do coletivo, na qual os alunos chegaram a um consenso que a sua realidade em relação ao ônibus era precária, buscando assim modificar a situação através do diálogo. Todo esse processo traz aos alunos um sentimento de pertencimento à escola, em que é construída a ideia de que a luta por melhoras e direitos, é uma causa justa e legítima. Barroso traz a visão dessa escola mais social em seu trecho:

O que está em causa, neste processo, é a possibilidade de evoluir de uma situação em que a escola é vista, unicamente, como um lugar de confrontação de interesses, uma "arena política" (perspectiva política), para uma situação em que a escola é vista como um lugar social, como uma "cidade política" (na acepção de Ballion, 1998), onde, como diz este autor, os professores, os alunos e outros membros constroem a sua identidade (ou pelo menos uma parte dela) pela pertença ao grupo a que estão unidos, por laços de solidariedade, resultantes da partilha de um bem comum. A construção de uma democracia política requer, assim, a afirmação de um sentido de comunidade de modo a que as escolas funcionem, claramente, como lugares de construção do coletivo. (apud Barroso pg 28).

Os alunos conseguiram compreender na prática que através da organização coletiva as melhorias no seu dia a dia são possíveis, pois através do diálogo e da práxis existe condições do aluno lutar pacificamente pelos seus direitos, pois como Freire contribui com o pensamento, “a resposta à ofensa à educação é a luta política consciente, crítica e organizada contra os ofensores. (Freire,1996, p.27)”. Portanto a mediação social demonstrou a importância do diálogo na luta do dia a dia e que desta forma é possível acabar com qualquer violência sofrida, pacificamente.

A importância da reflexão e da ação traz para esses alunos o empoderamento do ser aluno ativo e crítico, capaz de perceber a realidade que vive, os conflitos e violências a sua volta. E essa relação só acontece quando há uma horizontalidade no poder de decisões e o poder de ação em frente ao conflito constituindo para mais um degrau na construção da autonomia do aluno.

### 3.6- Reflexões sobre o projeto e suas contribuições

Gadotti em seu livro *Paulo Freire: poder, desejo e memórias de libertação* (1998) relata que Paulo Freire acredita que a “autonomia é a capacidade de decidir-se, de tomar o próprio destino nas suas mãos” (Gadotti, 1998, p. 28). E é assim que o projeto “Estudar em paz” contribui para a autonomia das crianças envolvidas nesse processo, pois elas são chamadas a refletir e depois a agir sobre o seu destino.

O projeto atende crianças da periferia que são tachadas pela sociedade como crianças que não terão um futuro promissor, mas através do projeto essas crianças são convidadas a sonhar novamente, a entender o seu poder de decisão no seu dia a dia, nas decisões da comunidade escolar e nas decisões da comunidade onde vivem. Quando elas percebem a força de luta política que elas possuem elas começam a ter o seu destino em suas mãos. É assim que nascem grandes ideias no ambiente escolar, em casa e na comunidade, pois eles começam a entender que são capazes de mudar a sua realidade. O projeto colabora com os nossos alunos a irem atrás da sua liberdade – e como já vimos a liberdade está diretamente ligado a autonomia. Primeiramente eles são convidados a compreender a comunidade onde vivem, posteriormente a entender todas as violências que os cercam e aprendem que através do diálogo eles conseguem lutar pelos seus direitos e pela sua autonomia de forma consciente e ativa.

Paulo Freire traz para a discussão da questão sócio-político-pedagógico para a autonomia, que se encaixa na lógica do projeto, pois quando o aluno reconhece e compreende que ele é oprimido e quem o oprime, o aluno consegue ter consciência da sua condição e só assim ele consegue refletir e agir para deixar de ser oprimido, a práxis é o que contribui para a conquista da autonomia.

Quando o aluno entende o que o cerca, ele começa a desenvolver um pensamento crítico e político e começa a agir para que ele tenha a sua liberdade, assim como Freire discorre: “A libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela” Não há como formar um aluno cidadão e autônomo se ele for passivo é preciso que ele se conscientize e comece a agir para lutar pelas mudanças desejadas e necessárias.

A mediação social e o projeto “Estudar em Paz” tem como objetivo em uma das suas ações a criação de laços em suas relações pois só assim o processo de formação do aluno, começa a ser internalizado e fazer sentido por aqueles envolvidos no processo da construção da autonomia. Paulo Freire defende que a racionalidade deve estar “molhada de afetividade”, pois a educação é muito mais do que a instrução. É importante realçar a afetividade, ou a criação de laços no processo educativo, pois ela fará diferença na dimensão cultural e nos processos de transformação social.

É preciso, por outro lado, reinsistir em que não se pense que a prática educativa vivida com afetividade e alegria prescindia de formação científica séria e da clareza política dos educadores e educadoras. A Prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança, ou lamentavelmente, da permanência do hoje. (FREIRE, 1996, pg. 53)

E quando é valorizada essa prática educativa, as relações interpessoais são modificadas de uma forma positiva melhorando a qualidade e a realidade da escola.

A qualidade é todos terem acesso ao conhecimento e as relações sociais e humanas renovadas. Qualidade é empenho ético, alegria de aprender. Para o pensamento neoliberal, a qualidade se confunde com a competitividade. Negam a necessidade da solidariedade. Contudo, as pessoas não são competentes porque são competitivas, mas porque sabem enfrentar seus problemas cotidianos juntos com os outros, e não individualmente. (Gadotti, 1998, p 31)

A proposta da mediação coletiva e a influência do projeto na escola acaba por ter uma contribuição de profunda modificação social-cultural. Transformando as relações de poder na escola, a visão do educando sobre a sua realidade, a criação ou recriação de laços entre professores, coordenadores e educandos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho proporcionou uma visão melhor sobre o impacto do projeto no dia a dia da escola, que através das teorias proporcionou reflexões que deram o suporte necessário para a realização deste estudo. Além da contribuição da teoria, o presente trabalho teve como diferencial a imersão e a ação no cotidiano dos alunos na escola pública do Gama.

Considero o tema escolhido importante, pois a discussão e contribuição do projeto pode proporcionar novas reflexões acerca do dia a dia escolar sendo uma grande ferramenta de mudança de uma realidade escolar precária que necessita de mudanças, tanto no quesito de um índice alto de violência na escola, como na transformação de postura da comunidade escolar e nas relações interpessoais.

E através deste trabalho posso constatar a importância do Projeto “Estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar”, pois ele proporciona uma reflexão ativa e conseqüentemente uma ação de forma consciente capaz de modificar realidades complexas e de realizar essas mudanças através do empoderamento do ser, do reconhecimento do outro, da criação de laços. Trazendo à escola um lado mais social, que se perdeu em algum momento de sua história, que constata as dificuldades do seu dia a dia, mas não consegue modificá-las. E o projeto traz consigo constatações e mudanças. Assim como Freire contribui:

Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar (Freire, 1996, p. 30).

A autonomia é constituída aos poucos e sempre será constituída através dos novos desafios propostos pela vida, necessitando da liberdade para ser constituída. Portanto o projeto influencia na autonomia do educando através da prática do diálogo, constituindo um ser crítico e ativo, livre de amarras sociais para lutar pelos seus objetivos. A escola tem o papel de empoderar esse aluno para ser livre e só conseguirá através do conhecimento, Freire diz em seu livro da *Pedagogia da*

*Autonomia* que “A escola não distribui poder, mas constrói saber que é poder.” (Freire, 1996. pg 30)

Este trabalho buscou analisar as relações do projeto e suas influências na constituição da autonomia. Mas também me proporcionou a oportunidade de estar imersa na formação dos alunos compreendendo a realidade de cada um e o dia a dia da escola contribuiu imensamente para a minha formação em Pedagogia, pois através do projeto obtive a oportunidade de acrescentar na minha atuação como professora uma escuta sensível, um olhar atento a realidade e particularidade dos alunos, a importância do trabalho coletivo e da de uma gestão democrática. Ensinos que são de extrema importância para atuação de um professor.

## **PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS**

O curso de Pedagogia me proporcionou momentos educativos inesquecíveis, a possibilidade de discutir várias áreas me despertou o desejo de continuidade dos estudos, principalmente por ter estudado o pensar, o eu, o agir do ser humano. Desejo continuar os estudos sobre a temática desta monografia, fazendo mestrado na área dos direitos humanos.

Através do projeto pude entrar em contato com as escolas públicas e tal oportunidade me proporcionou um desejo imenso de estar neste ambiente, pois nele sinto que posso ser útil e posso fazer a diferença na vida de cada aluno, como forma de retribuição pelos anos felizes que passei na escola pública.

## REFERÊNCIAS

- BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: [s.n.], 2007.
- BARROSO, J. **O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída**. [S.l.]: Porto, 1996.
- BELEZA, F. **A mediação social como instrumento de participação para a realização da cidadania**. Brasília: [s.n.], 2009.
- BELEZA, F. **Estudar em paz: mediação de conflitos no contexto escolar**. Brasília: [s.n.], 2012.
- BONDÍA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Tradução de João Wanderley Geraldi. Barcelona- Espanha: [s.n.], 2002.
- BUSH, R. A. B.; FOLGER, J. P. **La promesa de mediación**. Buenos Aires: [s.n.], 2006.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000b.
- FURTADO, D. O. **Estudar em Paz: uma experiência de mediação de conflitos no contexto escolar**. Brasília: [s.n.], 2011.
- GADOTTI, M.; FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 3 ed. ed. São Paulo: Cortez- Autores associados, 1989.
- LALANDE, A. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LAREN, P. M.; LEONARD, P.; GADOTTI, M. **Paulo Freire: poder desejo e memória da libertação**. Porto Alegre: Art. Med, 1998.
- MENDONÇA, E. F. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas: Unicamp: [s.n.], 2000.
- MOLON, S. I. **Psicologia do estudo: NOTAS SOBRE CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO, SUBJETIVIDADE E LINGUAGEM**. Maringá: [s.n.], 2011.
- MOORE, C. **O processo de mediação**. Porto Alegre. Artmed 1998.
- PASCUAL, G. **O pensamento de Kant**. Tradução de Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 1999.
- PSICOLOGIA DO ESTUDO: NOTAS SOBRE CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO, SUBJETIVIDADE E LINGUAGEM. Maringá: [s.n.], 2011.
- SILVA, E. T. **A leitura no contexto escolar**. São Paulo: Série Idéias, 1996.
- SIX, J.-F. **Dinâmica da mediação**. Tradução de Giselle Groeninga de Almeida; Águida Arruda Barbosa e Eliana Riberti Nazareth. Belo Horizonte: [s.n.], 2001.

TAYLOR, C. **As fontes do Self**: A construção da identidade moderna. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Loyola, 1997.

VLACH, V. F. R. **O ensino de Geografia no Brasil uma perspectiva histórica**. Campinas- SP: Papyrus, 2004.

ZATTI, V. **Autonomia e Educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: ediPUCRS, 2007.

## Anexo 1

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB  
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES – CEAM  
NÚCLEO DE ESTUDOS PARA A PAZ E OS DIREITOS HUMANOS  
ESTRUTURA DO PEAC

O projeto “Estudar em Paz: Mediação de Conflitos no Contexto Escolar” é um Projeto de Extensão de Ação Contínua – PEAC da Universidade de Brasília/UnB, cuja unidade de origem é o NEP – Núcleo de Estudos para a Paz e os Direitos Humanos, sob coordenação da prof. dra. Nair Heloisa Bicalho de Sousa. O projeto tem como objetivo levar a cultura da mediação (na perspectiva da mediação social<sup>1</sup>) para as escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, por meio da formação de mediadores sociais na escola (alunos, professores, corpo técnico-administrativo e pais/responsáveis) e da divulgação dos valores da Cultura de Paz, dos direitos humanos, de justiça e cidadania. O PEAC pertence à linha temática “Direitos Humanos e Justiça”.

Seguindo as orientações propostas pelo Enfoque Escolar Global de Transformação de Conflitos, idealizado por Ramón Alzate S. de Heredia, da Universidad Del País Vasco, o projeto busca influenciar as seguintes áreas (2003, p. 48 e 49):

**O sistema disciplinar** – a mediação social de conflitos passa a ser mais uma instância disciplinadora na escola, sem prejuízo das demais instâncias.

**O currículo** – os valores, as técnicas da mediação como método de solução de conflitos (habilidades) e como prática de criação de laços sociais, bem como os valores da cultura de paz, de justiça, o respeito aos direitos humanos e aos direitos de cidadania devem permear todas as disciplinas da grade curricular da escola.

**A pedagogia** – adotar uma pedagogia condizente com os valores da mediação social (emancipatória), ou seja, a pedagogia crítica de Paulo Freire<sup>2</sup>.

**A cultura escolar** – assegurar a institucionalização da mediação social no contexto escolar e incentivar a sua prática, cuidando para que influencie as cinco

áreas. Criar e ampliar os canais de diálogo e de participação na escola. É imperativo que todos da comunidade escolar participem da formação em mediação (pais/mães/responsáveis, professores, diretores, servidores, alunos).

**O lar e a comunidade** – a prática da mediação social não deve se restringir ao espaço da escola, mas influenciar os lares dos atendidos pelo projeto e a comunidade como um todo. O núcleo de mediação da escola de ser acessível a toda a comunidade.

Para atender os objetivos do projeto, duas novas áreas de influência foram criadas:

**O espaço físico da escola** – necessário cuidar do espaço físico da escola para que seja um espaço acolhedor, alegre, bonito, criativo, adaptado, acessível e limpo. Educação se faz na alegria e em espaços democráticos e convidativos.

**As instituições públicas locais** – tecer a rede social de apoio entre a escola, a família e a comunidade, especialmente no que diz respeito aos serviços públicos essenciais, melhorando a relação usuário/instituição. O entendimento é que a escola não pode mais prescindir do apoio desses serviços e de seus profissionais, uma vez que os conflitos e violências no contexto escolar só podem ser enfrentados coletivamente, com o apoio de outras instituições do Estado.

Quanto a sua implementação, o projeto desenvolve-se nas seguintes etapas:

1ª - Verificar se a escola necessita e deseja o projeto (comprometimento). O Estudar em Paz é um projeto de escola, não individual.

2ª - Apresentar o projeto para a comunidade escolar, mostrando a mediação social como método socioeducativo e como prática social de transformação de conflitos pessoais e coletivos. (Sensibilização).

3ª - Criar uma comissão responsável pela coordenação do projeto na escola.

4ª - Conhecer a realidade da escola e da comunidade (fazer diagnóstico, mapear a rede social pública e privada; identificar conflitos, violências, necessidades e recursos).

5ª - Construir a ponte com a escola e a comunidade: o pilar da ponte é o afeto.

Sensibilizar professores, alunos, funcionários, pais e comunidade. Divulgar os propósitos do projeto, o potencial e a importância (valores) da mediação social no contexto escolar por meio de palestras, filmes, folhetos, cartilhas, teatro, saraus, festas e outros eventos. Manter acesa a chama com atividades paralelas de

sensibilização e conscientização durante toda a execução do projeto. Os artistas da escola e da comunidade têm prioridade.

6ª - Abrir inscrições para os cursos de mediação social e selecionar os mediadores;

7ª - Formar os mediadores sociais na escola: cursos e oficinas de formação.

Cursos de mediação social para educadores, educandos, funcionários, pais/mães/responsáveis e pessoas da comunidade. Os cursos presenciais terão carga horária mínima de 12 horas e máxima de 40 horas.

8ª- Estruturar o núcleo de mediação.

Estimular a criação de um espaço neutro de acolhimento e diálogo dentro da escola. Os mediadores, especialmente os alunos, devem participar da estruturação, ambientação e gestão do núcleo.

9ª - Apresentar os mediadores sociais à escola e à comunidade escolar com uma cerimônia de certificação.

10ª - Supervisionar o atendimento dos mediadores.

11ª - Estimular e colaborar para a criação e ampliação de canais de diálogo e participação na escola, com o objetivo de tornar a gestão da escola cada vez mais democrática (grêmio,

conselho escolar, comissão de convivência, conselho de classe participativo, ppp participativo...)

12ª - Avaliar o projeto (pesquisa qualitativa por meio de entrevistas e grupos focais).

13ª - Publicar as experiências e os resultados para fins de multiplicação.

Diante dos objetivos estabelecidos e da metodologia proposta, o projeto pretende alcançar os seguintes resultados: que a mediação influencie as sete áreas, conforme explicitado na metodologia; melhoria das relações sociais na escola e na comunidade e das relações familiares nos lares dos participantes do projeto; maior participação dos mediadores (todos os segmentos) na gestão democrática da escola; abertura de canais de diálogo e participação na escola e na comunidade; melhor compreensão dos valores da mediação social, cultura de paz, direitos humanos, justiça e cidadania; diminuição da violência na escola, na comunidade circunvizinha e nos lares dos atendidos pelo projeto; multiplicação do projeto por meio da capacitação contínua de novos mediadores nas escolas pelos mediadores já capacitados; sustentabilidade do projeto.

---

1 O principal objetivo da mediação social é criar e reparar laços sociais, conforme definição utilizada no âmbito da Comunidade Europeia, a partir de 2000.

“[Mediação social] é um processo de criação e reparação do laço social e de resolução de conflitos da vida cotidiana na qual um terceiro imparcial e independente tenta, através da organização de trocas entre pessoas ou instituições, ajudá-los a melhorar uma relação ou de resolver um conflito que as opõe”.

2 A adoção da pedagogia crítica/dialógica de Paulo Freire não faz parte da metodologia do Enfoque Escolar Global de Transformação de Conflitos, bem como a opção pela mediação social francesa.

## Anexo 2

- **O projeto Estudar em Paz descrito no site do instituto Inovare.**

### **Identificação da prática:**

#### **-Descrição resumida**

O programa “Estudar em Paz” tem como objetivo levar a cultura da mediação para as escolas públicas do Distrito Federal. Ele acontece por meio da formação de mediadores na escola (alunos, professores, corpo técnico-administrativo e pais), da divulgação dos valores da Cultura de Paz, dos direitos humanos e de cidadania e da criação de núcleos locais de mediação. O programa tem atingido, desde 2009, mais de 41 escolas do Distrito Federal, em 3 cidades-satélites. Pesquisa qualitativa está atualmente em desenvolvimento no programa piloto, mais antigo, em São Sebastião, onde, estima-se, tenha atingido mais de 3.600 pessoas. Em todos os pontos, os benefícios alcançados pelo programa são os seguintes: 1. maior democratização da escola; 2. melhoria das relações sociais na escola e na comunidade dos participantes do projeto; 3. maior participação dos mediadores na gestão democrática da escola; 4. abertura de canais de diálogo e participação na escola e na comunidade; 5. melhor compreensão de cultura de paz, direitos humanos, justiça e cidadania; 6. diminuição da violência na escola, na vizinhança e nos lares atendidos pelo programa

### **Detalhamento da Prática**

#### **-Explique como sua prática contribui para o combate ao crime organizado?**

O programa contribui para o combate ao crime organizado na medida em que combate todas as formas de violência social. Em verdade, a mediação social possui como objetivos: fomentar a comunicação na comunidade; ajudar a desenvolver e a fortalecer o vínculo social e contribuir para a integração de populações excluídas e contribuir para o controle e prevenção da violência. O programa trabalha ainda com a idéia de Cultura de Paz na visão da UNESCO, atendendo ao Movimento Mundial pela Cultura da Paz promovida na Década Internacional por uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo (2000-2010). Com isso, ele combate a violência como um todo nas comunidades

atendidas e demonstra novas formas de resolução de conflitos, sem a necessidade de acessar grupos criminosos, gangues ou galeras. Assim, evita que esses adolescentes, crianças e jovens ingressem para o crime organizado e, por outro lado, ao permitir que a própria comunidade se organize e acesse os serviços públicos e estatais, impede ou diminui a atuação de grupos criminosos a partir da atuação social.

### **-Quais os fatores de sucesso da prática?**

Há três tipos de fatores de sucesso da prática, um intrínseco ao programa e dois extrínsecos. O primeiro refere-se às bases metodológicas aplicadas, direcionadas a uma realidade social específica. O programa claramente possui uma linha de atuação, valores, etapas que permitem sua continuidade e que os resultados esperados sejam alcançados. Contudo, dois fatores extrínsecos são essenciais para o sucesso da prática. O primeiro é o interesse da própria comunidade, do corpo de alunos, professores e administração das escolas atendidas. Se o interesse não partir dessa comunidade, não há como o programa sequer ser implantado, daí a importância da apresentação do projeto, da construção da ponte, da conscientização e da animação constante, a fim de que o interesse não diminua. Outro fator de sucesso são as parcerias e a construção da rede social. Entre essas parcerias, a atuação do NEP/UnB permitiu a institucionalização do programa e a participação de estagiários e a formação de uma equipe interdisciplinar. Demais parcerias permitem a atuação dos mediadores como autênticos mediadores sociais, capazes de influir na sua própria comunidade.

### **-Explique o processo de implementação da prática?**

O processo de implementação do programa possui ao todo doze passos, que podem ser assim resumidos: 1ª - Verificar se a escola necessita de um Programa de Mediação: o programa atua por meio de parcerias. É a própria comunidade que se predispõe a ver instituída a mediação na sua escola, demandando a apresentação do programa. 2ª – Apresentação do programa: o programa é apresentado à comunidade, em qualquer ambiente, conforme o interesse, as necessidades e as possibilidades da escola. A apresentação ocorre por meio de palestra expositiva da coordenadora executiva, de mediadores já formados e atuantes e de outros membros da equipe (estagiários/bolsistas). 3ª - Diagnóstico:

caso a escola confirme seu interesse, é feito o “diagnóstico” dos conflitos e violências que afetam a escola por meio de pesquisa em jornais, internet, documentos, entrevistas, grupos focais etc. Nessa fase, são identificados necessidades, interesses, objetivos, obstáculos e as possibilidades (recursos) da escola e da comunidade, sendo mapeada a rede social local, que mais tarde será demandada pelos mediadores. 4ª - Construção da ponte: ocorre sensibilização de professores, alunos, funcionários, pais e comunidade por meio de palestras, filmes, folhetos, cartilhas, teatro e outros eventos que divulguem os propósitos do programa e a importância (valores) da mediação no contexto escolar. 5ª - Ambientação: primeiramente deve haver a mudança de espírito e de conduta dos educadores e funcionários e depois dos estudantes. Para isso, incentiva-se uma melhor ambientação escolar, melhorando aspectos como beleza, limpeza, adaptação e conforto. Prima-se por uma escola aberta a todos. 6ª – Inscrições: ocorre a abertura das inscrições para os cursos de formação de mediadores. A inscrição deve ser sempre voluntária e aberta a todos os interessados. A seleção ocorre por meio de entrevistas. 7ª – Formação dos mediadores sociais: as turmas possuem no máximo 30 vagas e os cursos carga horária entre 12 e 36 horas. Os professores recebem formação durante as reuniões de coordenação; pais e demais adultos possuem curso próprio em horário e dia convenientes para a escola. Os alunos fazem os cursos no contraturno ou aos finais de semana. 8ª- Construção do núcleo de mediação: é necessário um espaço neutro de acolhimento e diálogo dentro da escola. Nesse local é que a mediação vai ocorrer, devendo ser estruturado e ambientado com a participação de todos os mediadores, especialmente os alunos, que devem também trabalhar na gestão do lugar. 9ª - Animação: durante todo o programa devem ser feitos eventos de conscientização e de divulgação do programa, da mediação e de seus direitos e garantias sociais e os participantes devem interagir nos eventos da comunidade. A animação ocorre por meio de teatros, filmes, músicas e etc, e é realizada, prioritariamente, por animadores da escola e da comunidade. Os alunos-mediadores são ainda incentivados a participar de outros grupos da escola, bem como a se dedicar aos estudos. 10ª - Apresentação dos mediadores: após a formação dos mediadores ocorre a conclusão do curso e sua apresentação para a comunidade. O objetivo é que eles sejam conhecidos e reconhecidos por todos, podendo assumir suas responsabilidades com maior legitimidade. 11ª - Supervisão: a supervisão busca, por meio de acompanhamento

dos atendimentos, manter a qualidade técnica e ética, o afeto dos mediadores e as bases metodológicas do programa. Elas podem acontecer tanto por meio de reuniões com os mediadores quanto pelo acompanhamento de sessões informais de mediações dos mediadores mais novos. 12ª – Avaliação: ocorre uma avaliação informal ao longo de todo o programa e, ao final, pesquisa qualitativa geral do programa e do seu impacto nos mediadores, na escola, nas famílias e na comunidade. Os resultados devem ser divulgados à comunidade, com discussão de como melhorar nos pontos avaliados.

### **-Qual a principal inovação da sua prática?**

Primeiramente, as bases metodológicas do programa são bastantes definidas. O trabalho todo é norteado pela concepção europeia de mediação social estabelecida em 2000 no I Seminário Europeu – Médiation sociale et nouveaux modes de réduction des conflits de la vie quotidien - organizado pela Interministerial Delegation for Urban Affairs, que conceituou mediação social como “processo de criação e de recriação do laço social e de regulação dos conflitos da vida cotidiana, na qual um terceiro imparcial e independente tenta, por meio da organização de mudanças entre as pessoas ou instituições, auxiliá-las a melhorar uma relação ou a regulamentar um conflito que as opõe”. Isso significa que: • a mediação social busca a proteção dos indivíduos e de seus direitos, não devendo substituir os serviços sociais e os direitos garantidos para cada indivíduo, constituindo-se em meio privilegiado para promover a cidadania. A mediação social, assim, facilita a justiça nas comunidades atendidas e a inclusão social dos grupos participantes; • a mediação social ajuda a aprimorar vínculos sociais, a comunicação, a compreensão entre indivíduos e grupos sociais, facilitar a integração social e o reconhecimento cultural, o que requer o envolvimento da sociedade ao redor e das autoridades locais e regionais na regulação de tensões e na assistência à resolução de conflitos. Havendo maior integração social, os problemas da comunidade são mais facilmente percebidos e os processos de resolução mais prontamente realizados. • a mediação social possui os seguintes objetivos principais: fomentar a comunicação na comunidade; ajudar a desenvolver e a fortalecer o vínculo social e contribuir para a integração de populações excluídas e contribuir para o controle e prevenção da violência. Além disso, metodologia do curso de formação de mediadores segue a pedagogia progressista de Paulo Freire e o

programa de instituição da mediação escolar segue os parâmetros dados pelo Enfoque Global de Transformação de Conflitos, da Universidad Del País Vasco, que considera que a mediação deve influenciar o sistema disciplinar, o currículo, a pedagogia, a cultura escolar, o lar e a comunidade, primando pela inserção social dos grupos atendidos. O programa trabalha ainda com a idéia de Cultura de Paz na visão da UNESCO, atendendo ao Movimento Mundial pela Cultura da Paz promovida na Década Internacional por uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo (2000-2010), que vê a educação como centro das ações para transformação das sociedades. Quanto a isso, há que se indicar que uma importante inovação do programa é ver a escola como locus privilegiado de ação, englobando os próprios estudantes como protagonistas de suas conquistas sociais, sem esquecer professores, funcionários da escola, pais e comunidade circundante. Por fim, o programa alarga o conceito de Direito, trabalhando com uma visão questionadora, que abarca uma face pedagógica, política e social. O Direito, no caso, não é encontrado apenas institucionalizado, mas é construído por grupos marginalizados, por sujeitos coletivos, dentro de um contexto de pluralismo jurídico, encontrado na visão do Direito Achado na Rua de Roberto Lyra Filho, ou seja, um Direito que busca a positivação da liberdade conquistada pela luta social dentro dos princípios da Justiça Social

#### **-Quais as dificuldades encontradas?**

Muitas são as dificuldades. Primeiramente as comunidades atendidas não dispõem de recursos físicos, financeiros e até mesmo humanos. Em geral são comunidades em que vigoram a violência, a opressão e a marginalização, nem sempre inicialmente abertas a uma visão diferenciada do conflito (na realidade, mesmo os conflitos mais simples são resolvidos de forma violenta, o que favorece uma escalada da violência rumo à criminalização). É comum ainda o fenômeno, nas comunidades atendidas, de gangues e galeras. Além disso, o sucesso do programa muitas vezes não depende dos estudantes-mediadores e do resto da comunidade, mas da visão de um único diretor ou do coordenador pedagógico da escola. Daí a importância de o programa só ser instituído com a parceria da administração escolar e trabalhar sempre com a voluntariedade dos envolvidos. Por fim, uma importante

dificuldade encontrada é a ausência de financiamento do programa, que existe apenas em razão do voluntariado, de doações e do apoio institucional do NEP/UnB.

**-Explique como sua prática contribui para a inclusão social dos cidadãos?**

Conforme já dito, o programa trabalha com uma visão questionadora, que abarca uma face pedagógica, política e social do Direito, dentro dos princípios da justiça social. Além disso, mais do que um método de solução de conflitos, a mediação é vista como uma prática social capaz de restaurar os laços afetivos, familiares e sociais, bem como um instrumento de promoção da paz, da cidadania e dos direitos humanos. Considera-se, assim, que a mediação tem potencial para transformar não só as situações, mas também as pessoas e, por conseguinte, a própria sociedade. Acreditamos que o aumento dos conflitos e da violência é reflexo da exclusão social e econômica, da pobreza política, da complexidade das relações sociais, da perda de liderança educativa e familiar, da dissolução dos laços afetivos, familiares e sociais, diante da reprodução de uma cultura da violência que enaltece o individualismo, a competição, o consumismo e a intolerância na sociedade contemporânea. Para superar essa realidade é necessário inserir, desde cedo, as novas gerações numa Cultura de Paz, uma transformação que deve começar na escola, através da educação para o diálogo, diálogo problematizador da realidade que, por sua vez, educa para a convivência e para a democracia (participação). No programa “Estudar em Paz” há democratização do acesso à justiça, transformação de conflitos e inclusão social porque o mediador é formado para ser comprometido com a cidadania. Isto significa que ele deve participar de associações e movimentos sociais da sua comunidade e estimular, impulsionar e importunar os sujeitos para que consigam sair da acomodação e partir em busca de soluções que possam transformar a sua realidade. Ele deve atuar de forma a fortalecer os sujeitos para agir com consciência e autonomia no gerenciamento de seus conflitos. Além disso, ele é formado não para trazer soluções externas aos grupos, mas para estimular a liberdade, a coragem, a vontade própria das pessoas a fim de que elas compreendam melhor a sua situação conflituosa, considerem, construam alternativas para lidar com o conflito, tracem metas, deliberem, negociem e decidam. Considera-se, ainda, que o conflito deve ser percebido como oportunidade de transformação, não devendo ser, portanto, ignorado, camuflado, mas acomodado

pela negociação. Daí a importância da negociação no jogo democrático e também no processo de mediação. Diante dos conflitos, os fenômenos participativos, se mal conduzidos, podem incorrer em intempestividades, intolerâncias e intransigências, o que pode impossibilitar a negociação e dificultar o jogo democrático. Mas com a mediação as partes são auxiliadas pelo mediador, que deve ter as seguintes funções: \* analisar as necessidades das partes para viabilizar, construir, promover projetos sociais e culturais; \* animar e/ou participar de reuniões públicas; \* gerenciar conflitos, promover o acesso aos serviços públicos, informar e orientar usuários, ser agente de escuta e acolhida; \* promover a articulação entre serviço social e usuários; \* atuar como educador especializado em diversas áreas: saúde, educação, judicial, comunidades; \* prevenir a exclusão social; \* ampliar os espaços de reflexão, favorecer a livre circulação das discussões \* suscitar ligações e estimular a liberdade dos cidadãos Assim, o programa de mediação social nas escolas está voltado para a realização da cidadania, buscando melhorar a vida dos cidadãos e as relações no espaço público, mostrando que é imprescindível a participação do cidadão na vida coletiva, seja para gerenciar seus conflitos ou para planejar ações coletivas para melhorar suas relações na cidade. Ao fazer isso, o programa contribui para que os problemas da comunidade sejam mais facilmente percebidos e, conseqüentemente, os processos de resolução dos conflitos encontrados sejam também mais prontamente realizados, facilitando a inclusão social e o acesso à justiça.

#### **-Há quanto tempo a prática está em funcionamento?**

O Programa de Mediação Escolar – Estudar em Paz – existe desde 2009. Ele foi instituído por meio de parceria entre o Instituto Pró-mediação e o Centro Educacional São Francisco – na cidade satélite de São Sebastião, Distrito Federal. Naquele ano, foram formados 16 mediadores e criado o núcleo de mediação local. Em 2010 houve a parceria com o NEP – Núcleo de estudos para a paz e os direitos humanos, da Universidade de Brasília, com o objetivo de atender diretamente mais de 160 pessoas e indiretamente cerca de 3.400 na mesma escola. Atualmente, em 2011, o programa, está atuando na escola acima mencionada (em parceria com o NEP), no Centro de Ensino Fundamental II na cidade-satélite de Paranoá / DF (atendendo diretamente 77 pessoas e indiretamente 1.500 até o final do ano) e para a Diretoria Regional da cidade-satélite do Gama / DF (abarcando 39 escolas, sendo

que, na fase atual de sensibilização ocorre a formação dos representantes dessas escolas). Diversas escolas aguardam ainda a disponibilidade para aplicação do programa, a serem agendadas a partir de 2012.

### **-Descreva resumidamente as etapas de funcionamento da prática**

Após a formação dos mediadores e instituição de um espaço neutro de atendimento na própria escola (núcleo de mediação), os conflitos podem chegar de qualquer forma aos mediadores, sendo comum os interessados procurarem o núcleo ou um mediador específico relatando um conflito. Com isso, são incentivados a convidar a outra parte para um processo de mediação. Caso o conflito envolva uma questão social, além das partes inicialmente participantes, instituições, autoridades, administração podem ser chamadas para participar e chegar a uma solução. Em geral, quando a mediação e os mediadores são apresentados e legitimados perante a comunidade não há recusa na participação do processo, que é totalmente voluntário e segue as seguintes etapas: a) apresentação do mediador, das partes, das regras do processo; b) diálogo: geralmente quem procurou o núcleo inicia relatando seu ato e, após, o outro segue o seu, atuando o mediador quando for necessário; c) identificação das questões existentes, opções, alternativas; d) negociação para definição e e) conclusão da mediação.

### **Recursos envolvidos na prática**

#### **-Infraestrutura**

Aproveita-se a infraestrutura disponível da escola atendida, pois desde a 1ª fase até a última o programa se desenvolve intra muros. Os cursos são ministrados dentro da sala de aula ou em auditório próprio; as fases de sensibilização e animação ocorrem nos pátios, auditório ou espaços adjacentes. Incentiva-se separar espaço próprio para a instituição do núcleo de mediação, geralmente uma sala de aula ou sala de grêmio de estudantes. Mesa redonda, cadeiras, arquivo e demais mobiliários são obtidos por doações de toda a escola, constituindo-se em prática de diminuição de custos, mas sendo principalmente uma forma de a comunidade se apoderar do núcleo e vê-lo como algo “seu”.

**-Equipe**

O programa em São Sebastião/DF conta atualmente com a Coordenadora Geral, dra. Nair Bicalho, do NEP/UnB, uma Coordenadora Executiva, ms. Flávia Tavares Beleza, advogada e pesquisadora vinculada ao Instituto Pró-mediação e ao NEP/UnB, 4 estagiários bolsistas, 13 mediadores formados e atuantes e voluntários. O programa desenvolvido no Paranoá e no Gama conta com a equipe de voluntários do Instituto Pró-Mediação, sob coordenação da advogada Flávia Beleza.

**-Parceria**

Universidade de Brasília – NEP Delegacia Regional de Ensino do Gama - DF Centro de Ensino São Francisco - São Sebastião - DF Centro de Ensino Fundamental II - Paranoá

**-Equipamentos/sistemas**

São utilizados computador netbook, projetor, máquina fotográfica e filmadora. Demais atividades, como a sensibilização e animação, utilizam os recursos disponíveis pelas próprias escolas (como o sistema de som, por exemplo).

**-Orçamento**

Apostilas, material de divulgação – R\$ 3.000,00 ao semestre Equipamento áudio-visual (cedidos pelo Instituto Pró-Mediação e pela escola atendida – custo zero) Local – cedido pela escola atendida – custo zero Palestrantes – bolsistas do NEP/UnB e voluntários pelo Instituto Pró-Mediação Coordenação – voluntárias. Camisetas para mediadores – R\$ 3.200,00 ao semestre Transporte – R\$ 16.800,00 ao semestre Animadores - R\$ 4.235,00 ao semestre Total: R\$ 54.470,00 ao ano

**-Benefícios alcançados que contribuem para a inclusão social dos cidadãos**

A mediação social busca a proteção dos indivíduos e de seus direitos e considera que os cidadãos só o são verdadeiros cidadãos quando podem acessar os serviços sociais e os direitos garantidos para cada indivíduo. Além disso, a mediação social ajuda a aprimorar vínculos sociais, a comunicação, a compreensão entre indivíduos e grupos, e facilitar a integração social e o reconhecimento cultural. Em todos os pontos, os benefícios alcançados pelo programa são os seguintes: 1. maior democratização da escola; 2. melhoria das relações sociais na escola e na comunidade dos participantes do projeto; 3. maior participação dos mediadores na gestão democrática da escola; 4. abertura de canais de diálogo e participação na escola e na comunidade; 5. melhor compreensão de cultura de paz, direitos humanos, justiça e cidadania; 6. diminuição da violência na escola, na vizinhança e nos lares atendidos pelo programa. Ao se tornarem mais conscientes de seus direitos e garantias e também ao melhorarem as relações sociais os participantes se tornam efetivos cidadãos, aptos a lutarem por sua inclusão social. Eles reconhecem suas necessidades, seus direitos e os locais que podem acessar para serem atendidos. Ao favorecer a democratização da escola, ocorre maior participação dos estudantes na gestão escolar e maior interesse pela vida estudantil, o que favorece o aumento na permanência na escola, facilitando, futuramente, inclusão social dos estudantes por melhor capacitação. A educação, dentro desses novos parâmetros, traz, assim, os seguintes benefícios: redução das desigualdades sociais e econômicas, erradicação da pobreza, respeito aos direitos humanos e a eliminação de todas as formas de discriminação e violência contra a mulher.